

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 380**

**Ajuste Macroeconômico e Flexibilidade  
do Mercado de Trabalho no Brasil -  
1981/95**

André Urani

JUNHO DE 1996

**Ajuste macroeconomico e  
flexibilidade do mercado de trabalho**



21494-9

IPEA - BS

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Ministro: *Antônio Kandir*

Secretário-Executivo: *Andrea Sandro Calabi*

***ipea* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

**PRESIDENTE**

Fernando Rezende

**DIRETORIA**

Claudio Monteiro Considera

Gustavo Maia Gomes

Luis Fernando Tironi

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Sérgio Francisco Piola

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando profissionais especializados e recolhendo sugestões.

*As opiniões emitidas em Texto para Discussão não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento e Orçamento.*

**REPROGRAFIA**

Edson Soares

Tiragem: 250 exemplares

**SERVIÇO EDITORIAL**

**Rio de Janeiro - RJ:**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 14º andar - CEP 20.020-010

Tel.: (021) 220-5533 - Fax: (021) 240-1920

**Brasília - DF:**

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10º andar - CEP 70.076-900

Telefax.: (061) 325-5314

REQUISIÇÃO Nº 31494-9  
IPEA - CO

DATA 05/08/1996

# SUMÁRIO

---

1 - INTRODUÇÃO

2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO

3 - FATOS ESTILIZADOS

4 - CLASSIFICAÇÃO DOS CHOQUES

4.1 - Choques Externos

4.2 - Choques de Política

5 - IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

5.1 - Flexibilidade Salarial

5.2 - Flexibilidade Alocativa

6 - CONCLUSÃO: A FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO  
FOI ÚTIL PARA A POLÍTICA MACROECONÔMICA?

6.1 - Flexibilidade Salarial

6.2 - Flexibilidade Alocativa

BIBLIOGRAFIA

---

**AJUSTE MACROECONÔMICO E FLEXIBILIDADE  
DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL -  
1981/95\***

**André Urani\*\***

- \* Agradeço a Albert Berry, José Marcio Camargo, Gustavo Indart, Martín Rama e José Carlos dos Reis Carvalho por críticas e comentários a versões anteriores deste trabalho e a Helena Gottschalk e Mariana Ramalho pelo eficiente apoio à pesquisa.

- \*\* Da DIPES/IPEA e da FEA/UFRRJ.

---

## 1 - INTRODUÇÃO

Ao longo da última década e meia, as duas principais metas da política econômica no Brasil foram o ajuste do balanço de pagamentos e o combate à inflação. Ambas foram perseguidas de diferentes formas e -- várias vezes -- simultaneamente. Entretanto, enquanto a economia brasileira se mostrou sistematicamente capaz de ajustar seu balanço de pagamentos, a política anti-inflacionária só veio a ter algum sucesso muito recentemente, com o Plano Real. Os vínculos entre o êxito das políticas voltadas à sanear o balanço de pagamentos e os freqüentes fracassos das políticas de estabilização já foram estudados por diversos autores e não serão explorados neste artigo, cujo principal propósito é o de analisar as inter-relações existentes entre eles e o mercado de trabalho. Dito de outra forma, procura-se aqui responder a três perguntas:

- Qual foi o impacto das políticas de ajuste estrutural e de estabilização macroeconômica de curto prazo implementadas neste período sobre o mercado de trabalho?
- Em que medida as características estruturais e institucionais do mercado de trabalho brasileiro se constituíram, durante a década de 80 como um todo e o início da de 90, em um empecilho para o êxito das políticas antiinflacionárias?
- Por quais razões estas mesmas características não impediram o ajuste do balanço de pagamentos?

Se a economia brasileira operasse como em um modelo macroeconômico novo-clássico, tendo o mercado de trabalho perfeitamente flexível e o de produto plenamente concorrencial, as respostas a estas perguntas seriam triviais. Por um lado, a flexibilidade de preços e salários garantiria o êxito de qualquer política de estabilização centrada no controle dos agregados monetários (como as que foram implementadas logo no início do período que nos interessa aqui) em reduzir a taxa de inflação sem custo social algum, pois tanto o salário real quanto o nível de emprego seriam fixados no mercado de trabalho, que é impermeável a choques de demanda neste tipo de modelo. Por outro, a flexibilidade alocativa faria com que choques de oferta (como um aumento do preço do petróleo ou uma desvalorização cambial) fossem rapidamente absorvidos sem efeitos distributivos a médio prazo.

Estudos recentes têm mostrado que o mercado de trabalho brasileiro talvez seja flexível até demais -- no sentido em que a fragilidade das relações de

---

trabalho inibe a acumulação de capital humano que seria necessária para obter ganhos de competitividade [Amadeo et alii (1993)].

Esta flexibilidade, no entanto, não impediu que a desigualdade de renda do trabalho (e, em menor grau, a taxa de desemprego) sofresse bruscas oscilações no período estudado neste artigo.<sup>1</sup> Uma explicação plausível para este aparente paradoxo está no fato de que o grau de flexibilidade pode não ser o mesmo nos diferentes segmentos do mercado de trabalho; em outras palavras, é possível que cada segmento reaja de maneira distinta aos diferentes tipos de choques.

Neste sentido, este trabalho pode ser visto, também, como uma tentativa de qualificar a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro sob duas óticas distintas: a de sua “generalidade” e a de sua funcionalidade macroeconômica.

Começa-se, na próxima seção, apresentando os traços mais relevantes do mercado de trabalho brasileiro para a análise que se pretende fazer aqui.

Os fatos estilizados do comportamento da economia brasileira e da evolução da política macroeconômica de 1981 a 1995 estão na Seção 3.

Na Seção 4, procura-se classificar os choques a que a economia foi submetida e estabelecer uma tipologia de seus possíveis impactos sobre o mercado de trabalho.

Na Seção 5, investigam-se os impactos efetivamente ocorridos sobre o emprego e os salários.

A conclusão está na Seção 6. É nela que se procura responder às duas últimas perguntas levantadas nesta introdução, discutindo o papel desempenhado pelo mercado de trabalho no comportamento macroeconômico registrado neste período.

## **2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

A rápida industrialização da economia brasileira após o término da Segunda Guerra Mundial inverteu as proporções de pessoas vivendo nos meios rural

---

<sup>1</sup>Barros, Cardoso e Urani (1993), Bonelli e Ramos (1993) e Urani (1993b) mostram, de diferentes maneiras, que as oscilações registradas pela desigualdade de renda ao longo da última década e meia estiveram fortemente associadas à instabilidade macroeconômica que marcou este período.

---

e urbano entre 1950 e 1980 (que passaram, respectivamente, de 70 a 30%, e vice-versa).

A industrialização, porém, não foi suficiente para gerar postos de trabalho para todos os que afluíram aos centros urbanos nos setores “modernos”. Isto não significa que o principal problema do mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 80 fosse o do desemprego aberto: de fato, se a sua frequência era muito elevada, sua duração média e a própria taxa eram muito baixas em termos internacionais [ver Bivar (1993)].

Os que não conseguiam se empregar nos setores modernos se empregavam informalmente (sem carteira assinada) ou trabalhavam por conta própria, como autônomos.

Em 1981, a taxa de participação era, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 54,23% (65,22% para os homens e 34,78% para as mulheres). Os empregos com carteira assinada respondiam por 42,19% da ocupação total, os sem carteira por 28,12%, os por conta própria por 25,95% e a taxa de desemprego era de 6,5%.<sup>2</sup>

A baixa taxa de desemprego e o elevado grau de informalidade das relações de trabalho se explicavam, pelo menos em parte, pela ausência de um sistema de seguro desemprego e pela existência de uma série de mecanismos institucionais que incentivavam, tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda de trabalho, uma alta rotatividade da mão-de-obra -- sobretudo para os trabalhadores menos qualificados.<sup>3</sup>

No mercado de trabalho brasileiro, possuir um emprego com carteira assinada significava (e ainda significa), entre outras coisas, ter o direito ao salário mínimo, a uma jornada de trabalho fixa, a férias remuneradas, à previdência social e, em média, a uma remuneração mais elevada que a propiciada nos segmentos informais deste mercado.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup>É importante ressaltar que 1981 corresponde a um ano de crise, em que a taxa de desemprego e as participações dos segmentos informais (sem carteira e por conta própria) na ocupação total foram particularmente elevadas. Trata-se, contudo, do primeiro ano da década de 80 para o qual se dispõe de dados da PNAD, visto que, em 1980, ano de censo, esta pesquisa não foi realizada.

<sup>3</sup>Amadeo et alii (1993) mostram que este é tipicamente o caso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

<sup>4</sup>Como mostra, entre outros, Pero (1992). Vários estudos recentes mostram que o diferencial de salários entre trabalhadores com carteira assinada e os demais participantes da força de trabalho segue sendo, na maioria dos casos, significativamente positivo ainda que os salários sejam controlados por características como idade, educação, região etc. Ver, por exemplo, Amadeo et alii (1993) e Pero e Urani (1993).

---

A dinâmica dos salários **nominais** dos empregados com carteira assinada foi, desde meados da década de 60, em grande parte, determinada pelo governo, através da política salarial.

Em um primeiro momento, esta política determinava reajustes anuais em função da inflação “esperada”, estabelecida arbitrariamente pelo próprio governo. A partir do final dos anos 60 até o Plano Real, contudo, os reajustes passaram a ser uma função da inflação passada. A periodicidade anual foi mantida até 1979 quando, devido à aceleração inflacionária e a crescentes pressões sindicais, ela foi alterada para semestral. Esta nova regra estabelecia também que a percentagem de reajuste seria uma função inversa do salário nominal; em outras palavras, ela embutia um aparente desejo de se redistribuir renda no interior da folha de salários do segmento formal do mercado de trabalho.

Foi o início de uma longa fase de “turbulências” da regra salarial, cujas principais etapas a serem destacadas são:

- a “distributivista”, que previa reajustes maiores que a inflação passada para os salários mais baixos e ligeiramente inferiores para os mais altos, e durou entre 1979 e 1983;
- a “regressiva”, que manteve reajustes diferenciados, mas todos menores ou iguais à inflação passada, de 1983 a 1985;<sup>5</sup>
- o “gatilho” salarial instaurado pelo Plano Cruzado em 1986;<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup>Nada menos que cinco leis salariais foram experimentadas entre o início de 1983 e o de 1985, quando vigoraram os acordos com o Fundo Monetário Internacional. Em fevereiro de 1983, foi promulgada a Lei 2.012, que previa reajustes de 100% em relação à inflação passada para a faixa até três SMs, 95% para a faixa entre três e sete SMs, 80% para a de sete a 15 SMs, 50% para a de 15 a 20 SMs e estabelecia a livre negociação para a faixa acima de 20 SMs. Em junho de 1983 ela foi substituída pela Lei 2.034, cuja única inovação foi a de estender os reajustes de 100% em relação à inflação passada para a faixa de três a sete SMs. Ela não vigoraria muito, entretanto; dois meses depois, em agosto, tentou-se -- através do Decreto-Lei 2.045 -- fixar reajustes de 80% em relação à inflação passada para todas as faixas salariais. Ainda em 1983, em novembro, viria um outro decreto-lei, o 2.065, o qual implicava uma volta às regras fixadas pelo 2.034 para a faixa até sete SMs e reajustes de 60% em relação à inflação passada para a de sete a 15 SMs e de apenas 50% para a faixa acima de 15 SMs. Enfim, um ano depois, em novembro de 1984, a Lei 7.238 manteria os reajustes integrais apenas para a faixa até três SMs e estabeleceria, para todas as demais, reajustes de 80% da inflação passada, sendo que os 20% restantes poderiam ser objeto de negociação entre firmas e empregados.

<sup>6</sup>O Decreto-Lei 2.286, que instaurou o Plano Cruzado, previa reajustes automáticos do salário nominal cada vez que a inflação acumulada atingisse 20%.



- 
- a URP, implementada pelo Plano Bresser, que previa reajustes mensais em função da média da inflação dos últimos três meses;
  - o abandono da política salarial no início do Governo Collor;
  - a adoção de reajustes quadrimestrais em 1992; e
  - a reinstauração da livre negociação pelo Plano Real.

O fato de a política salarial ter desempenhado um papel fundamental, ao longo de praticamente todo o período, na determinação dos salários **nominais** não significa, porém, que o comportamento desta variável possa ser considerado totalmente exógeno.

Por um lado, como assinalado acima, há de se considerar que a pressão dos agentes foi, em certas horas (como em 1979 ou em 1992), capaz de ditar mudanças substanciais da própria política.

Por outro, e sobretudo nos segmentos mais organizados da força de trabalho, o mercado foi capaz de criar as suas próprias regras de reajuste quando as que eram propostas oficialmente se demonstravam insatisfatórias. Foi o caso, por exemplo, do que aconteceu em 1985, quando a regra oficial estabelecia reajustes semestrais e um grande número de categorias importantes tinha seus salários reajustados trimestralmente.

De toda forma, as regras de reajuste dos salários nominais no segmento formal do mercado de trabalho fizeram com que os salários **reais** dos trabalhadores deste segmento fossem menos sensíveis a variações da demanda agregada que os dos demais participantes da força de trabalho. A sensibilidade dos salários reais dos empregados com carteira assinada ante a oscilações da taxa de desemprego foi, no período que nos interessa aqui, menos elevada que a dos empregados sem carteira assinada e que a dos trabalhadores por conta própria. Isto não significa, entretanto, que os salários reais dos empregados com carteira assinada possam ser considerados rígidos; pelo contrário: os autores mostram que -- desde uma perspectiva internacional -- eles resultam ser muito flexíveis.

Em compensação, apesar destas regras de indexação, os salários reais dos trabalhadores formais se mostraram extremamente frágeis diante da inflação (mais que os dos demais segmentos da força de trabalho). O grau de indexação dos salários pode ser visto, de fato, como a combinação do percentual de reajuste em relação à inflação passada e da periodicidade dos reajustes. A sensibilidade dos salários reais dos empregados com carteira

---

assinada em relação à inflação decorre do fato de que os contratos que estabelecem os salários nominais iniciais destes trabalhadores e as suas regras de reajuste são -- relativamente -- de longo prazo e que a renegociação destas regras ao longo do período de vigência dos contratos envolve custos bastante elevados.

Com isto, tem-se, por exemplo, que ainda que o reajuste salarial seja equivalente à taxa de inflação passada, o salário real médio no período intra-reajustes será (qualquer que seja o tamanho deste período) tão menor quanto maior tiver sido esta taxa de inflação.<sup>7</sup>

Estas mesmas regras não se aplicam para os segmentos informais do mercado de trabalho.

Os empregados sem carteira assinada também participam do mercado de trabalho como vendedores, mas seus contratos se dão às margens da legislação e são, em geral, mais facilmente rompíveis que os dos que possuem carteira assinada. Por conseguinte, a política salarial não os atinge diretamente. Trata-se de um mercado mais competitivo, em que os contratos são renegociados (em um sentido ou no outro) com maior facilidade. Esta fragilidade dos contratos faz com que os salários reais destes trabalhadores sejam um pouco menos sensíveis em relação à taxa de inflação que os dos empregados com carteira e muito mais sensíveis em relação ao ciclo.

O segmento formado por trabalhadores por conta própria, por fim, também se caracteriza por um elevado grau de competitividade. Estes trabalhadores, porém, não vendem trabalho, mas bens e serviços -- que podem ser considerados substitutos imperfeitos dos que são produzidos ou comercializados pelos setores modernos da economia. Dadas estas características, eles são muito mais capazes de defender seus rendimentos diante da inflação que os demais participantes do mercado de trabalho; em compensação, são muito mais vulneráveis a oscilações da demanda agregada.

Outras características marcantes do mercado de trabalho brasileiro durante os anos 80 são a baixa intensidade de capital humano e a substancial desigualdade de oportunidades. Segundo a PNAD, em 1981 o número médio de anos de estudo de um membro da População Economicamente Ativa (PEA) acima de 25 anos era inferior a cinco; enquanto 7,22% haviam atingido a universidade, 21% permaneciam analfabetos. Amadeo *et alii*

---

<sup>7</sup>Este argumento é tratado formalmente por, entre outros, Urani e Winograd (1994). Bacha (1981), por sua vez, mostra que ainda que a periodicidade seja endógena, nada garante que isto preserve os salários reais, pois o aumento do grau de indexação pode ter um impacto inflacionário.

---

(1993) mostram que os dados sobre a qualidade da educação no Brasil são muito ruins, não apenas se comparados aos de países com grau de desenvolvimento econômico semelhante, mas também no próprio contexto latino-americano.

A desigualdade de oportunidades de acesso, e principalmente de permanência e de “êxito”,<sup>8</sup> no sistema educacional, resulta ser a principal causa da desigualdade de renda no Brasil, que, como se sabe, é uma das mais elevadas do mundo.

Neste sentido, pode-se afirmar que o mercado de trabalho não estaria gerando diretamente (toda) esta desigualdade, mas refletindo-a e amplificando-a. Veremos neste trabalho, contudo, que a evolução da desigualdade de renda ao longo do período que nos interessa analisar se mostrou bastante independente das mudanças ocorridas no perfil educacional da força de trabalho [Barros, Cardoso e Urani (1993) e Bonelli e Ramos (1993)].

De toda forma, esta desigualdade de renda tão elevada faz com que o Brasil registre índices de pobreza bem maiores que outros países com renda **per capita** semelhante, ou seja, que tenha um grau de desenvolvimento social bastante inferior ao econômico.

Esta precariedade dos indicadores sociais esteve, nos últimos 20 anos, na raiz de várias tentativas de promover ajustes não-recessivos aos desequilíbrios de curto prazo que foram surgindo. Veremos na próxima seção que esta estratégia, na maioria dos casos, acabou exacerbando -- a médio prazo -- os desequilíbrios que buscava combater.

### 3 - FATOS ESTILIZADOS

A economia brasileira entrou na década de 80 após três décadas quase ininterruptas de forte crescimento econômico baseado na industrialização via substituição de importações. Este processo foi além em outros países latino-americanos, que se limitaram -- na prática -- à sua primeira etapa, de substituição de importações de bens de consumo. Particularmente dependente da importação de energia, o Brasil optou por uma estratégia de ajuste ao primeiro choque do petróleo via um aprofundamento deste processo em direção aos bens intermediários e de capital, financiado via

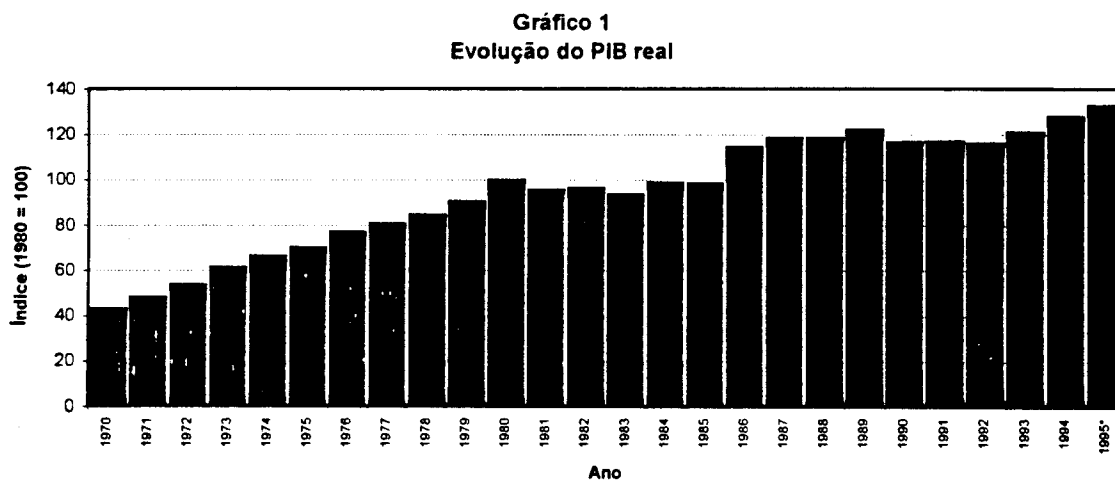
---

<sup>8</sup>Ribeiro (1994) mostra, de fato, com base em dados da PNAD, que a repetência, muito mais do que a evasão, é a principal responsável pela baixa escolaridade no Brasil.

---

crecentes ingressos de poupança externa [Castro e Souza (1986) e Carneiro (1985)].

Avolumou-se, assim, a maior dívida externa do terceiro mundo, mas também a única que tinha como principal contrapartida um considerável aumento do estoque de capital.<sup>9</sup> No limiar dos anos 80, o Brasil possuía, portanto, uma estrutura industrial relativamente sólida, mas um elevado grau de fragilidade em suas relações financeiras com o resto do mundo.



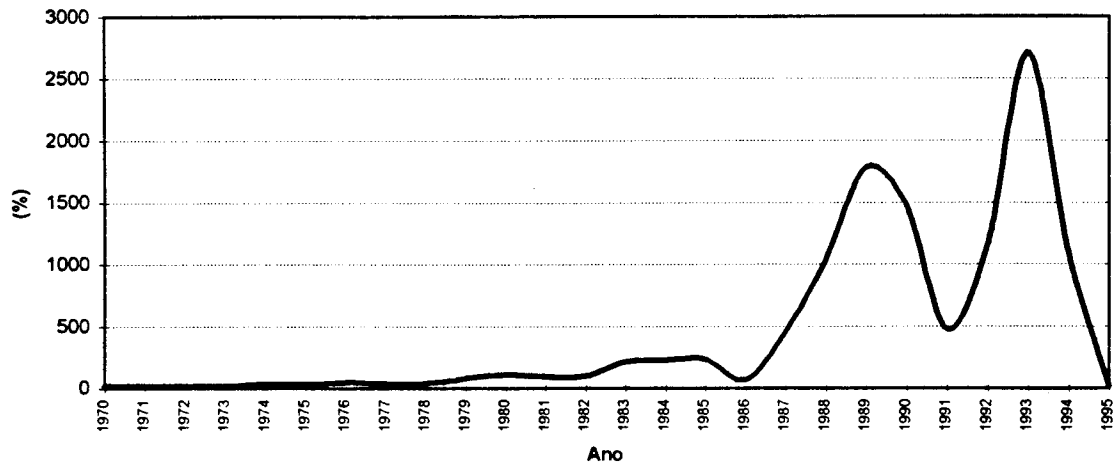
Fonte: Decna/IBGE.

\* Estimado.

---

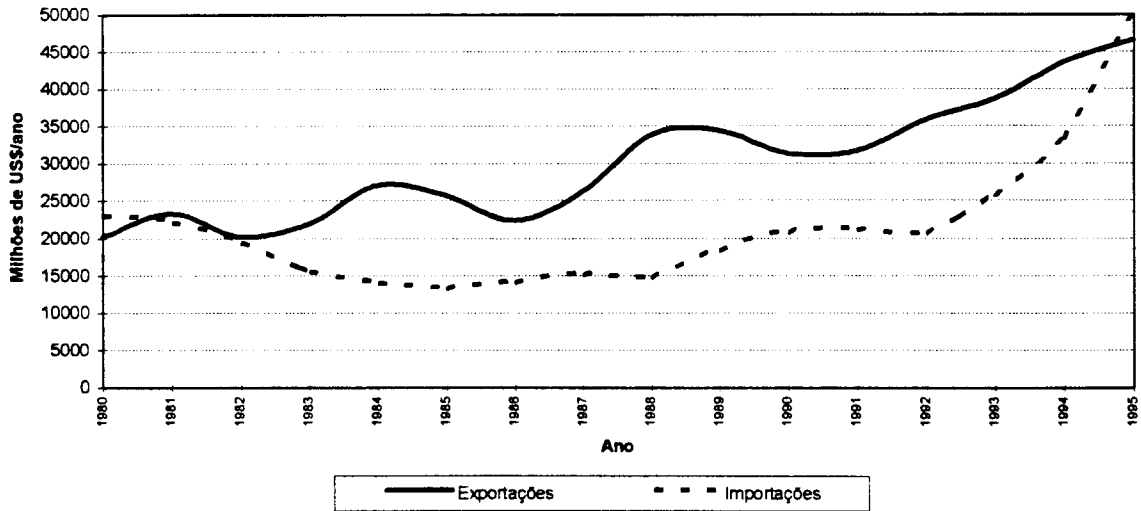
<sup>9</sup>Na maioria dos outros países latino-americanos (Argentina, México, Venezuela etc.) o acúmulo de dívida externa se deveu a maciças fugas de capital.

**Gráfico 2**  
**Taxa anual de inflação (IGP-DI)**



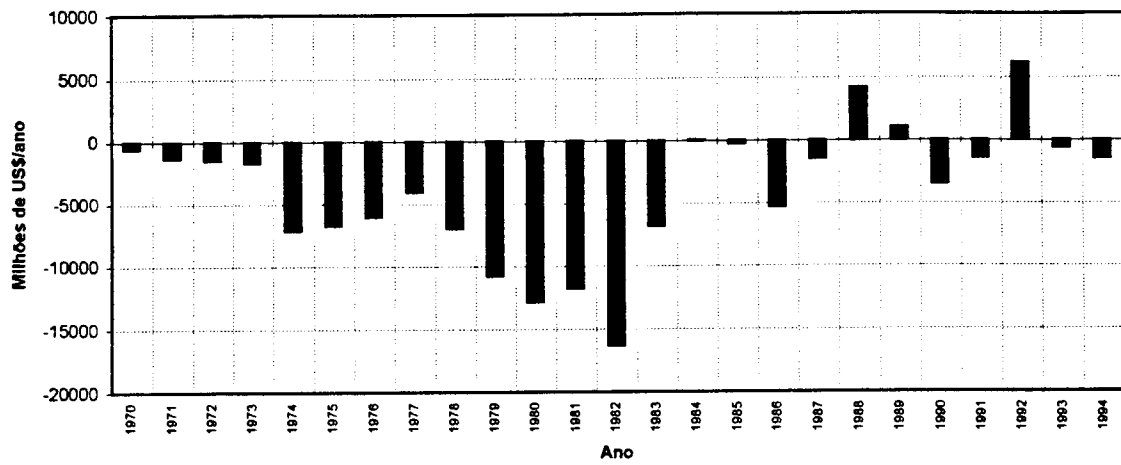
Fonte: FGV.

**Gráfico 3**  
**Evolução do Comércio Exterior; 1980-1995**



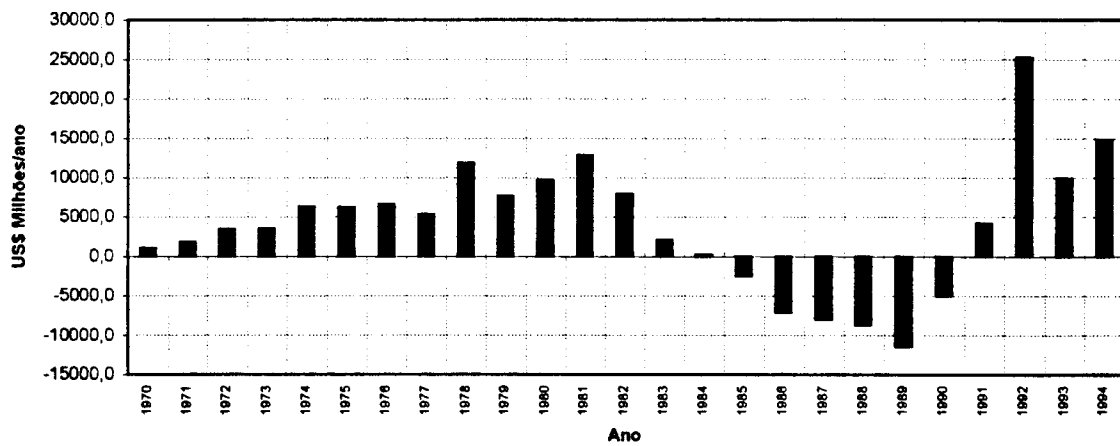
Fonte: Macrométrica.

**Gráfico 4**  
Saldo em Transações Correntes; 1970-1994



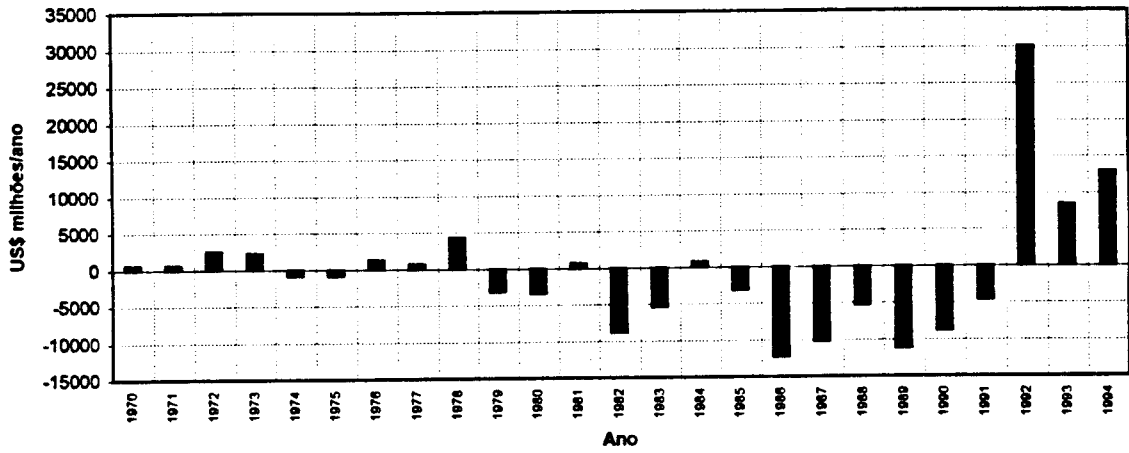
Fonte: Macrométrica.

**Gráfico 5**  
Evolução da conta capital do balanço de pagamentos; 1970-1994



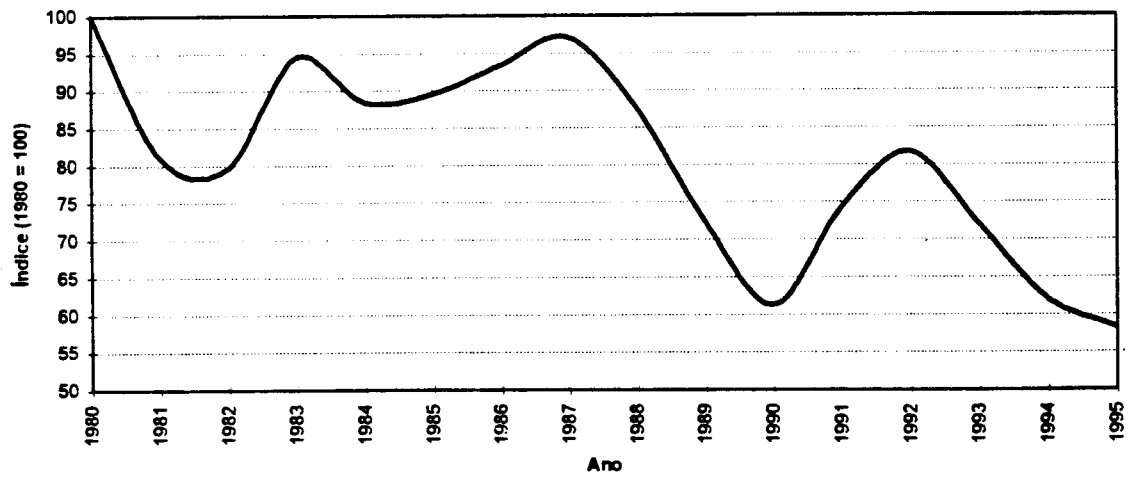
Fonte: Macrométrica.

**Gráfico 6**  
**Evolução do saldo do Balanço de Pagamentos; 1970-1994**



Fonte: Macrométrica.

**Gráfico 7**  
**Evolução da taxa de câmbio real; 1980-1994**



Fonte: Macrométrica.

---

Esta vulnerabilidade faria com que o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais tivessem drásticas conseqüências sobre a conta corrente do balanço de pagamentos.

O elevado grau de concentração da estrutura de oferta e a presença generalizada de mecanismos de indexação, por sua vez, fizeram com que estes choques de oferta repercutissem em uma importante aceleração inflacionária.

Em face destes choques, a reação inicial do governo brasileiro foi, mais uma vez, a de procurar o ajuste via crescimento.<sup>10</sup> Desta vez, porém, esta estratégia não apenas se mostrou ineficaz no combate à inflação, como resultou -- em 1980 -- em um déficit sem precedentes da conta corrente do balanço de pagamentos (correspondente a cerca de 5,5% do PIB).

Ao final de 1980, os credores internacionais sinalizaram ao governo brasileiro de que não estariam mais dispostos a financiar déficits desta magnitude. A partir de 1981, a prioridade da política econômica brasileira deixou de ser o crescimento e passou a ser o ajuste do balanço de pagamentos e o combate à inflação. Era o início de um longo período -- do qual estamos apenas esboçando uma saída -- de experimentos de política econômica de todo tipo em um ambiente de crescente instabilidade macroeconômica.

Este período pode ser dividido em pelo menos nove etapas:<sup>11</sup>

- O “ajuste voluntário” (1981/82), em que se procurou, através de uma política monetária muito restritiva e da elevação das barreiras não-tarifárias, o equilíbrio do balanço comercial e a redução da taxa de inflação. Repare que, como sugerido na Introdução, se ambos os desequilíbrios tivessem sido decorrentes unicamente de um excesso de demanda generalizado e se os preços e salários fossem flexíveis, uma política monetária restritiva teria bastado para sanear-los. Na prática, no entanto, somente a primeira meta foi atingida (graças a uma diminuição das importações) e isto não foi suficiente para diminuir a demanda de divisas do país (devido ao peso crescente dos juros da dívida externa). O combate à inflação não teve resultados relevantes. Em outras palavras, o

---

<sup>10</sup>Um ajuste que implicasse uma redução da taxa de crescimento, nos moldes do que foi proposto pelo então ministro do Planejamento Mario Henrique Simonsen, era julgado incompatível com o projeto de redemocratização do país. Por conta disto, Simonsen foi rapidamente substituído por Antonio Delfim Netto no comando da política econômica.

<sup>11</sup>A análise que segue se baseia nos Gráficos 1 a 3.



---

aperto monetário não repercutiu sobre os preços, mas sobre as quantidades: o país registrou, neste período, a primeira taxa de crescimento negativa do PIB e a maior taxa de desemprego de sua história estatisticamente documentada, o que aponta para a existência de algum tipo de rigidez nos mercados de bens e de trabalho.

- **Os acordos com o Fundo Monetário Internacional (1983/84)**, em que ao alto grau de proteção da indústria doméstica e à austeridade monetária foram adicionados uma política de "arrocho" salarial,<sup>12</sup> importantes cortes do gasto público e uma significativa desvalorização da taxa de câmbio real. A mudança de preços relativos, a retração do nível de absorção doméstica e a concomitante recuperação da demanda externa fizeram com que as exportações (sobretudo de produtos industrializados) aumentassem significativamente, enquanto as importações permaneceram constantes. O superávit comercial se tornou grande o bastante para equilibrar a conta corrente do balanço de pagamentos, mas a desvalorização repercutiu também sobre a taxa de inflação, cujo patamar anual dobrou, atingindo mais de 200%.<sup>13</sup> O nível de atividade se retraiu em um primeiro momento, mas voltou a crescer em meados de 1984, graças à pujança das exportações.
- **O primeiro ano da Nova República (1985)**, em que os acordos com o FMI e os instrumentos "ortodoxos" de combate à inflação (tanto no âmbito fiscal e monetário quanto no salarial) foram abandonados. A ênfase se deslocou novamente para o crescimento e a política antiinflacionária se limitou a uma (breve) tentativa de atrasar os reajustes de preços e tarifas públicas. Com isso, a inflação anual se manteve nos mesmos níveis que no biênio anterior e a economia voltou a crescer a um ritmo semelhante ao registrado nos anos 70, sem que isso prejudicasse o superávit comercial.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup>Repare, de fato, que as cinco leis salariais implementadas no biênio 1983/84 determinavam a recomposição integral dos picos de salário real apenas para os salários mais baixos, o que implicaria uma redução do salário real médio ainda que a taxa de inflação se mantivesse constante.

<sup>13</sup>Modiano (1985) estima que a aceleração inflacionária de 1983 é inteiramente atribuível à desvalorização.

<sup>14</sup>O que levou alguns autores, como Castro e Souza (1986), a considerar que a economia brasileira já tinha se ajustado "estruturalmente" à restrição externa.

- 
- O **Plano Cruzado** (1986), que pode ser visto como uma tentativa de combinar combate à inflação com crescimento e redistribuição de renda,<sup>15</sup> baseada em uma reforma monetária, um congelamento de preços e da taxa de câmbio nominal, um aumento dos salários do setor formal e uma política monetária e fiscal bastante expansiva. Os resultados foram muito bons no curto prazo, com a inflação se reduzindo drasticamente sem que a taxa de crescimento do PIB fosse afetada. A combinação de aumento generalizado da demanda e engessamento da oferta, porém, fez com que surgissem crescentes racionamentos nos mercados de bens e de câmbio, que desencadearam movimentos especulativos de todo tipo e culminaram com a paulatina erosão do superávit comercial, a qual impôs uma repentina desvalorização que determinou a volta desordenada da inflação [Winograd (1991)].
  - A **agonia da Nova República**, entre 1987 e 1989, durante a qual o principal objetivo da política econômica foi o de evitar a eclosão de uma hiperinflação aberta. Durante este período, foram implementados dois planos de estabilização (Bresser e Verão), ambos combinando elementos heterodoxos (como o congelamento temporário de preços) e ortodoxos (como cortes da oferta da moeda), mas incapazes de impor alguma disciplina à voracidade fiscal do governo Sarney. O equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos foi rapidamente restabelecido, apesar de a taxa de câmbio não ter retornado a seus níveis pré-cruzado, enquanto a taxa de crescimento do PIB foi, em média, bastante menor à que foi registrada em meados da década. Dado o descontrole do gasto público e a forte instabilidade política (Constituinte, indefinição da duração do mandato presidencial, proximidade das primeiras eleições diretas à Presidência desde os anos 60 etc.) que marcaram estes anos, estes planos foram incapazes de conter a inflação em patamares baixos por mais de alguns meses, culminando com a explosão inflacionária que precedeu a posse de novo presidente.
  - O **Plano Collor**, quando -- pela primeira vez -- se tentou combinar uma política de estabilização com reformas estruturais de grande vulto, como a abertura comercial e até um esboço de privatização.<sup>16</sup> No **front anti-inflacionário** propriamente dito, as principais medidas foram: um novo congelamento (temporário) de preços, o confisco de boa parte dos ativos

---

<sup>15</sup>Ainda que esta não fosse a intenção de seus principais formuladores, que estavam preocupados, na verdade, em aumentar a velocidade e diminuir o custo social do ajuste, que eles esperavam ser o "neutro" desde um ponto de vista distributivo.

<sup>16</sup>No âmbito da abertura comercial, foram abolidas as barreiras não-tarifárias e a tarifa média foi progressivamente reduzida.

---

financeiros (públicos e privados) em mãos do público e o abandono da política salarial. Esta política culminou em uma recessão de magnitude comparável à registrada no início dos anos 80, graças à qual a abertura comercial não se traduziu em um ressurgimento do déficit em conta corrente,<sup>17</sup> em um empobrecimento generalizado do conjunto da PEA e em uma queda sem precedentes da desigualdade de renda.<sup>18</sup>

- O “**gradualismo de resultados**” do final do Governo Collor, sob a égide do ministro Márcilio Marques Moreira, consistindo no “desconfisco” cum manutenção de uma política ortodoxa de controle da demanda agregada, acompanhado da continuidade da abertura comercial, do aprofundamento da abertura financeira e da renegociação da dívida externa cujos resultados foram paulatinas quedas das taxas de inflação em um contexto extremamente recessivo e uma forte entrada líquida de capitais especulativos de curto prazo.
- A política do “**pão de queijo**”, uma pálida tentativa dos primeiros ministros da área econômica do governo Itamar Franco de tentar fazer a economia voltar a crescer em um ambiente de taxas de inflação não apenas muito elevadas mas crescentes.
- O **Plano Real**, a política de estabilização mais bem-sucedida das últimas três décadas. Beneficiando-se das reformas estruturais que o antecederam (abertura comercial e financeira, renegociação dos compromissos externos e esboço de privatização), o plano se dividiu em quatro etapas: a) reordenamento fiscal preparatório (através do Plano de Ação Imediata e da introdução do Fundo Social de Emergência); b) a adoção de um superindexador, a Unidade Real de Valor (URV), em que deveriam -- paulatinamente -- ser fixados todos os contratos; c) o lançamento, em 1º de julho de 1994, de uma nova moeda, o real, em que foram convertidos todos os contratos expressos anteriormente em URV; e d) a implementação, através de um longo e difícil processo de negociação (ainda em curso), de ulteriores reformas estruturais (como o prosseguimento do processo de privatização, a flexibilização de monopólios em algumas áreas, a reforma da previdência etc.) visando

---

<sup>17</sup>Note-se que, ao contrário, na maioria dos outros países latino-americanos que procuraram combinar estabilização e reformas estruturais, o Brasil foi capaz de manter o equilíbrio da conta corrente de seu balanço de pagamentos. Além da recessão, isto se deve também ao fato de que, ao contrário do ocorrido na Argentina ou no México, a taxa de câmbio não foi utilizada. no início dos anos 90, como “âncora” do novo padrão monetário.

<sup>18</sup>Estas questões serão analisadas mais detalhadamente na Seção 5 deste trabalho.

---

criar as condições para a retomada do crescimento sustentável.<sup>19</sup> Os primeiros resultados destas medidas foram a aceleração do crescimento, com forte aumento dos salários reais (sobretudo dos mais baixos) e uma rápida deterioração das contas externas, em particular do balanço comercial -- decorrente de um aumento explosivo das importações. Dado que, concomitantemente, houve uma redução das entradas de capitais (o chamado efeito *tequila* provocado pela crise mexicana de fins de 1994), o risco de crise cambial fez com que o governo adotasse, no início de 1995, uma série de medidas -- sobretudo de caráter monetário e tarifário -- visando reduzir o ritmo de crescimento das importações. Com isto, a taxa de crescimento se reduziu significativamente no segundo semestre de 1995.

#### 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS CHOQUES

Na seção precedente, mostrou-se que a economia brasileira foi submetida a uma série de choques entre o final da década de 70 e o início dos anos 90. Nesta, procura-se classificá-los e tenta-se estabelecer uma tipologia das possíveis reações do mercado de trabalho diante eles.

##### 4.1 - Choques Externos

Por choques externos, entende-se mudanças de preços relativos domésticos/internacionais que independam de uma decisão de política econômica.

Os choques externos *par excellence* se deram no final dos anos 70 quando ocorreram, simultaneamente, o segundo choque do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais. Estes choques, conjuntamente, implicaram a necessidade de melhorar o saldo comercial para manter uma mesma demanda líquida de divisas -- em um contexto em que houve uma deterioração dos termos de troca.

Como foi visto acima, estes choques se traduziram em uma piora do saldo do balanço de pagamentos brasileiro e tiveram um significativo impacto inflacionário. Eles estiveram, portanto, na origem das turbulências macroeconômicas registradas ao longo do período como um todo.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, o ajuste a estes choques externos requereria:

---

<sup>19</sup>Para maiores detalhes sobre estas diferentes fases do Plano Real, ver Parente (1996).

- 
- uma mudança dos salários relativos que induzisse uma migração de mão-de-obra dos setores produtores de bens não-comercializáveis para exportadores ou substituidores de importações; e/ou
  - uma queda do salário real médio que viabilizasse a redução da demanda necessária para reequilibrar o balanço de pagamentos.

Viu-se, na seção anterior, que o governo brasileiro reagiu a esta exacerbação dos desequilíbrios de curto prazo de forma errática, através de uma miríade de experimentos de naturezas diversas. Cabe agora classificá-los -- sem preocupações de ordem cronológica.

## **4.2 - Choques de Política**

### **4.2.1 - Choques de demanda**

As primeiras políticas adotadas para fazer frente à aceleração inflacionária e ao crescente déficit de conta corrente partiram do pressuposto básico de que a economia brasileira padecia de um “excesso de demanda generalizado”, o qual poderia ser saneado por políticas contracionistas. Este ponto de vista foi progressivamente corrigido e complementado por uma série de outras medidas, mas raramente (apenas no Plano Cruzado) abandonado completamente.

A literatura macroeconômica nos ensina que os agentes tendem a perceber os choques de demanda como transitórios. Em uma economia caracterizada por uma ampla heterogeneidade da força de trabalho, isto implica, entre outras coisas, que, se as empresas tiverem que diminuir sua demanda de trabalho, elas começarão demitindo aqueles trabalhadores para os quais elas têm os menores custos fixos (de seleção, contratação, treinamento, demissão etc); em outras palavras, pelos menos qualificados. Ou seja, ainda que o choque seja “neutro” no mercado de produto (no sentido em que atinge todas as firmas da mesma forma), ele não o será no mercado de trabalho, pois tenderá a prejudicar mais os trabalhadores que tiverem menor qualificação.

No que segue, os impactos potenciais destes choques são analisados a partir da hipótese de que a força de trabalho é homogênea, ou seja, de que todos os trabalhadores têm as mesmas características produtivas (em termos, por exemplo, de capital humano).

---

#### 4.2.1.1 - Oferta de moeda

De um ponto de vista do mercado de trabalho, um choque monetário só é “neutro” se salários e preços forem plenamente flexíveis. Na presença de algum tipo de rigidez nominal, ele tende a produzir uma queda da demanda de bens e de trabalho, cujas contrapartidas podem ser tanto um aumento do desemprego quanto uma maior participação na ocupação total dos segmentos do mercado de trabalho com menores barreiras à entrada e com maior flexibilidade salarial.

A contenção da oferta de moeda foi, como se viu na Seção 3, um elemento fundamental de quase todas as políticas de ajuste implementadas neste período.

No período do “ajuste voluntário”, tanto quanto durante os acordos com o FMI, era uma medida creditada dos poderes mágicos de reduzir simultaneamente a taxa de inflação e a demanda de divisas -- uma visão claramente herdada do enfoque monetário do balanço de pagamentos que por tantos anos inspirou a doutrina do FMI.

Nos dois primeiros anos da Nova República, e principalmente durante o Cruzado, pelo contrário, optou-se por uma política expansiva para permitir o desejado reaquecimento da economia.

Após a falência do Cruzado, no final dos anos 80, a política monetária voltou mais uma vez ao primeiro plano do combate à inflação.

Foi durante o Plano Collor, no entanto, que foram tomadas as medidas mais drásticas no âmbito monetário, com o confisco da poupança.<sup>20</sup>

Uma nova retração da oferta de moeda, enfim, se deu -- como assinalado acima -- no início de 1995, para evitar que o aprofundamento do déficit em conta corrente colocasse em risco o Plano Real.

#### 4.2.1.2 - Política fiscal

Definitivamente, a política fiscal não foi uma ferramenta muito utilizada para sanear os desequilíbrios de curto prazo da economia brasileira durante o período que nos interessa aqui. Pelo contrário: se o investimento público se manteve em patamares historicamente bastante baixos, o consumo aumentou, consideravelmente, sobretudo durante a segunda metade da

---

<sup>20</sup>Como mostra a redução do M4 ilustrada no Gráfico 3.

---

década de 80. O único momento em que houve uma retração global do gasto do governo foi durante a vigência dos acordos com o FMI (Gráfico 4). Note-se que, mesmo durante o Plano Real, quando o discurso oficial mais do que nunca incorporou um “tom fiscalista”, houve um forte aumento da despesa pública.

Se o mercado de trabalho for flexível, uma diminuição do gasto público tenderá a ter uma repercussão direta sobre os salários nominais do conjunto da economia. Suponhamos, de fato, que o governo decida gastar menos nas compras dos bens produzidos pelo setor A. Partindo de uma situação inicial de equilíbrio, isto fará com que a demanda de trabalho em A se retraia e, portanto, com que o salário nominal deste setor também caia, o que implica o surgimento de um diferencial de salários entre este setor e os demais. Este diferencial de salários, por sua vez, estimulará uma parcela da força de trabalho a se deslocar de A para os outros setores, pressionando todos os salários para baixo até que o equilíbrio inicial seja restabelecido. Se esta queda dos salários nominais significa ou não uma redução dos salários reais, depende do grau de oligopólio no mercado de bens.

Uma mera mudança de composição do gasto público, por sua vez, não tem -- no médio prazo -- impacto nenhum sobre os salários, mas apenas sobre a alocação da mão-de-obra. Se o governo substituir seus gastos no setor A por gastos no setor B, de fato, isto tenderá, em um arcabouço como o descrito acima, a provocar migrações de A para B até que os salários nos dois setores se igualem.

Na presença de algum tipo de segmentação, porém, ambas as medidas podem provocar -- mesmo no médio/longo prazo -- um aumento do desemprego e/ou uma alteração dos salários relativos.

#### **4.2.2 - Choques de oferta**

Além de poder eventualmente controlar a magnitude e a composição da demanda agregada, o governo pode também interferir em alguns importantes preços relativos ou mesmo -- em casos extremos -- no próprio nível geral de preços.

##### **4.2.2.1 - Proteção tarifária e não-tarifária**

Mostrou-se, na Seção 3, que uma das primeiras reações do governo brasileiro ante a exacerbação da restrição externa do começo dos anos 80 foi a de aumentar o grau de proteção da indústria doméstica através de uma elevação das barreiras não-tarifárias.

---

Elas foram mantidas em níveis muito elevados durante praticamente toda a década de 80. No início dos anos 90, contudo, foram adotadas medidas no sentido oposto, pondo fim à proteção não-tarifária e reduzindo substancialmente a tarifa média de importação. Finalmente, em face da deterioração da situação cambial provocada pela explosão das importações detonada pelo Plano Real e pelo chamado efeito tequila,<sup>21</sup> o governo elevou substancialmente (mas temporariamente, pelo período de um ano) um grande número de tarifas.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, uma elevação (diminuição) da proteção tende a aumentar (reduzir) a demanda de trabalho naqueles setores que produzem bens e serviços de forma menos eficiente que no resto do mundo.

Mais uma vez, se o mercado de trabalho fosse flexível, o único impacto seria sobre a alocação da mão-de-obra.

Se houver algum tipo de segmentação, no entanto, pode surgir -- a partir de uma situação inicial de equilíbrio -- um diferencial de salários em favor destes setores (ou vice-versa).

Por outro lado, mais protecionismo significa um aumento do grau de oligopólio da economia e, portanto, uma menor participação dos salários na renda nacional (via incremento do **mark-up** e, conseqüentemente, aceleração inflacionária).

#### 4.2.2.2 - Taxa de câmbio

A desvalorização da taxa de câmbio em termos reais foi, como se viu na Seção 3, um dos elementos fundamentais da estratégia de ajuste do balanço de pagamentos promovida pelo FMI. O oposto ocorreu com o Plano Real, nos primeiros meses após a implementação da nova moeda.

A desvalorização (apreciação) da taxa de câmbio real aumenta (diminui) os preços relativos dos produtos comercializáveis vis-à-vis os não-comercializáveis e, portanto, se o mercado de trabalho for plenamente concorrencial, induz um deslocamento da força de trabalho dos setores que produzem estes últimos (os primeiros) para os que produzem os primeiros (estes últimos).

---

<sup>21</sup>Ou seja, a diminuição da entrada líquida de capitais no conjunto dos países da América Latina causada pela crise mexicana de fins de 1994.



---

Alterações da taxa de câmbio, portanto, só acarretam algum tipo de custo social se existirem barreiras à mobilidade da força de trabalho.

#### 4.2.2.3 - Política salarial

Viu-se na Seção 2 que a política salarial foi objeto de inúmeras modificações ao longo do período que nos interessa.

Começou-se, no final dos anos 70, aumentando a frequência dos reajustes e diferenciando-os por faixa salarial, o que representou (pelo menos para os trabalhadores mais pobres) um aumento do grau de indexação. Para uma dada taxa de inflação, isto significa um aumento do salário real, que tanto poderia aumentar a demanda agregada (para um dado nível de emprego) quanto diminuir a demanda de trabalho (para um dado nível de atividade).

Repare que se as empresas têm a capacidade de repassar este aumento de seus custos para os preços, haverá uma aceleração inflacionária que tenderá a anular o impacto inicial sobre o poder de compra dos salários.<sup>22</sup> O efeito líquido do aumento do grau de indexação sobre o mercado de trabalho seria, portanto, ambíguo.<sup>23</sup> Note-se, ainda, que, a partir de 1983, a indexação salarial foi significativamente reduzida.<sup>24</sup>

A regra do gatilho, durante o Plano Cruzado, foi adotada para todas as faixas salariais. Ela representou um forte aumento do grau de indexação, que se revelou explosivo quando, a partir do início de 1987, reapareceram as pressões inflacionárias resultantes dos vários racionamentos que surgiram a partir do congelamento de preços e da taxa de câmbio.

Ela foi substituída pelo mecanismo da URP, que tinha a propriedade de implicar sistematicamente uma queda dos salários reais em períodos de aceleração inflacionária e vice-versa.

O início do Governo Collor foi marcado pela volta da política salarial a seus moldes pré-1964. Em outras palavras, o governo abriu mão de desejar fixar

---

<sup>22</sup>Este raciocínio se torna mais complicado caso a capacidade de se indexar varie de um segmento para o outro do mercado de trabalho. Um aumento do grau de indexação dos segmentos que já eram os mais indexados pode provocar, neste caso, dispersão salarial.

<sup>23</sup>A determinação de um grau de indexação inversamente proporcional ao salário, por sua vez, tendeu a aumentar os salários relativos dos trabalhadores menos qualificados vis-à-vis os dos mais qualificados. Ou seja, ela induz as empresas a substituírem mão-de-obra pouco qualificada por mão-de-obra qualificada.

<sup>24</sup>Embora fossem mantidos índices de reajuste mais elevados para os salários mais baixos.

---

os salários do conjunto dos trabalhadores do segmento formal do mercado de trabalho e se limitou a controlar o salário mínimo, o qual, aliás, registrou uma pronunciada queda neste período. Esta medida tornou os salários dos empregados com carteira assinada muito mais sensíveis a oscilações da demanda.

A indexação, no entanto, voltou a se estabelecer, primeiro de forma espontânea, sendo encampada, depois, pelo próprio Governo Collor, ainda que em graus menores que no período precedente. Como assinalado acima, a fase mais engenhosa do Plano Real foi a eliminação da indexação via superindexação -- uma versão atualizada e sofisticada dos modelos de moeda indexada que andavam em voga nos anos 80 [Arida e Rezende (1986)]. Uma vez realizada a transição da URV para a nova moeda, de fato, a maioria dos contratos (inclusive e sobretudo no mercado de trabalho) foi desindexada.

#### 4.2.2.4 - Controle de preços

O controle de preços foi, durante todo o período, uma das peças mestras do combate à inflação.

No início, ele se limitou aos setores mais oligopolizados da economia. Conforme a taxa de inflação foi acelerando, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) foi abrindo mão de suas atribuições de avaliar aumentos de preços segundo a evolução dos custos das empresas para "ORTNizá-los", ou seja, para reajustá-los todos segundo um único indexador, o que contribuiu para inercializar ainda mais a taxa de inflação.

Esta sistemática foi abandonada em 1985, quando se utilizou o atraso dos reajustes dos preços e tarifas do setor público para reduzir a taxa de inflação. Caso esta medida tivesse sido percebida pelos agentes como algo de sustentável, isto teria provocado, no mercado de trabalho, o mesmo impacto de uma mudança de preços relativos qualquer, não fosse o fato de que a demanda de trabalho do setor público não depende dos mesmos fatores que a do setor privado.

Em outras palavras, não há razão para se pensar que esta mudança de preços relativos tenha provocado alguma transferência da mão-de-obra do setor público para o privado, tanto porque os agentes não acreditaram que a política fosse perdurar indefinidamente quanto porque a demanda de trabalho do setor público tende a ser inelástica em relação aos preços relativos. Ela pode, isso sim, ter induzido um aumento transitório dos salários reais, no breve período em que conseguiu manter a inflação em patamares mais baixos.

---

O controle de preços atingiu o seu ápice durante o Plano Cruzado, quando foram congelados, por tempo indeterminado, todos os preços da economia. Na prática, porém, esta medida só teve efeito nos setores mais oligopolizados. Ela impediu que o concomitante aumento da demanda se traduzisse em um aumento do nível de preços destes setores; com isso, este excesso de demanda transbordou para os setores mais competitivos, implicando uma importante mudança de preços relativos em favor destes últimos.

Apesar do fracasso desta medida, ela seria novamente adotada por três vezes nos Planos Bresser, Verão e Collor, mas por prazos muito mais curtos do que da primeira vez.<sup>25</sup>

Tanto o controle quanto um congelamento de preços, em geral, tendem a afetar apenas os setores mais oligopolizados da economia. Se efetivos, eles se traduzem, portanto, em um aumento dos preços relativos dos setores mais concorrenciais, o que deveria -- caso o mercado de trabalho fosse totalmente competitivo -- atrair mais mão-de-obra para estes setores, via um aumento transitório de seus salários relativos. Estes movimentos podem ser inibidos pela existência de barreiras à entrada nas atividades mais concorrenciais. Foi o que ocorreu durante o Plano Cruzado: a remuneração relativa dos trabalhadores por conta própria aumentou significativamente, mas nem por isso a participação destes trabalhadores na ocupação total aumentou, visto que é preciso algum tipo de capital (físico ou humano) para exercer estas atividades.

## **5 - IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO**

A análise acima sugere que os impactos das oscilações macroeconômicas provocadas pelas idas e vindas da política macroeconômica sobre o mercado de trabalho dependem, em última instância, do grau de flexibilidade deste mercado.

Se o mercado de trabalho for totalmente flexível, não há razões para se pensar que o desemprego possa se afastar de sua taxa "natural": neste caso, os choques monetários afetam exclusivamente grandezas nominais, enquanto os demais (sejam eles fiscais ou de oferta) podem alterar a composição mas não o nível de emprego. Portanto, se a política macroeconômica tem algum tipo de efeito sobre variáveis reais no mercado

---

<sup>25</sup>O controle de preços não fez parte do receituário adotado no Plano Real.

---

de trabalho é porque este mercado não pode ser considerado plenamente flexível.

Associar o comportamento do mercado de trabalho às oscilações da política macroeconômica, como se procura fazer nesta seção, equivale, assim, a estudar o grau de flexibilidade do mercado de trabalho. Veremos, entre outras coisas, que:

- o grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro como um todo, ao longo do período analisado aqui, pode ser considerado muito elevado;
- ele difere substancialmente, no entanto, entre os diferentes compartimentos do mercado de trabalho (sejam eles definidos em termos setoriais, de níveis educacionais ou de posições na ocupação); e
- tampouco faz muito sentido se falar de “flexibilidade” em termos muito vagos, visto que o mercado (ou parte dele) pode se revelar flexível ante a determinados tipos de choques e rígido diante de outros.

### **5.1 - Flexibilidade Salarial**

Nesta seção, faz-se uma análise de como as diferentes etapas do processo de ajuste macroeconômico repercutiram sobre o nível e a distribuição dos salários.

Por um lado, se o desajuste a ser combatido for um excesso de demanda generalizado, uma diminuição do salário real pode evitar que a taxa de desemprego aumente. Por outro, se a flexibilidade do salário real diferir entre diferentes grupos de trabalhadores, o processo de ajuste pode ter importantes impactos distributivos.

A seguir, se começará apresentando que o salário real médio se mostrou, entre 1981 e 1995, extremamente flexível, para depois proceder a uma análise mais desagregada, com o intuito de evidenciar como esta elevada flexibilidade média resultou de comportamentos bastante díspares dos vários segmentos do mercado de trabalho.

Em outras palavras, se tentará mostrar por que o elevado grau de flexibilidade do salário real médio não foi suficiente para evitar tanto oscilações não-desprezíveis da taxa de desemprego quanto bruscas mudanças da desigualdade da renda do trabalho.

---

### 5.1.1 - Salário real médio

O Gráfico 8 ilustra a evolução do rendimento real médio do trabalho medido através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 1981 e 1990.

Repare, todavia, que durante o biênio 1981/82 ele se manteve praticamente constante, o que sugere que não foi atingido pela política monetária contracionista que caracterizou a etapa do “ajuste voluntário”.

Em compensação, ele caiu abruptamente com a combinação de aceleração inflacionária (detonada pela desvalorização cambial) e a redução do grau de indexação registrado em 1983.

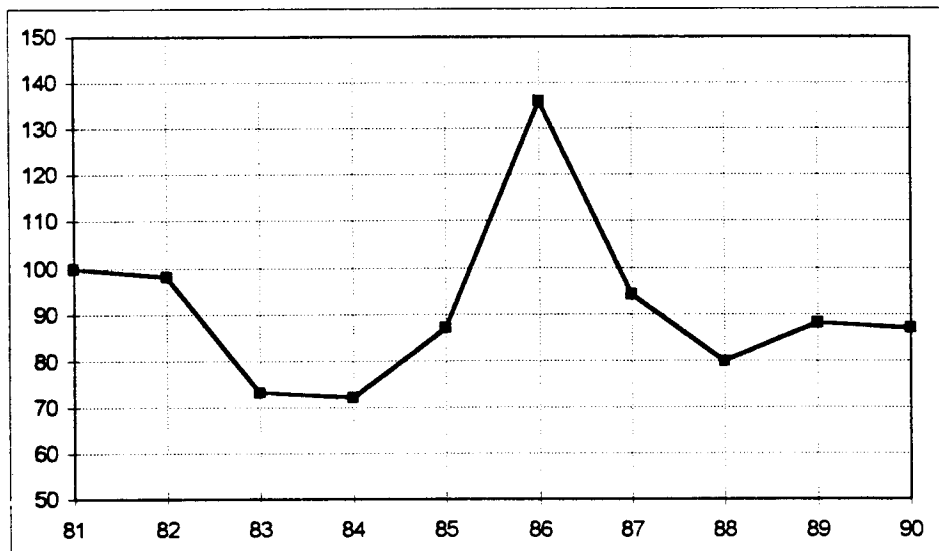
Em 1984, quando a política econômica se baseou novamente no controle da demanda agregada, ele se manteve mais uma vez praticamente inalterado.

Ele aumentou violentamente -- atingindo um patamar 35% superior ao registrado em 1981 -- com o reforço dos controles de preços, o laxismo da política monetária e fiscal e o aumento do grau de indexação salarial dos dois primeiros anos da Nova República.

Com a aceleração inflacionária que marcou o colapso do Cruzado, ele voltou, no período 1987/90, a seus níveis de 1985, terminando a década mais de 10% abaixo de seu valor de 1981.

Gráfico 8

Evolução da renda real média do conjunto da força de trabalho -- 1981/90



---

Os dados da PME mostram que ele se reduziu ainda mais - e drasticamente (mais de 40% em todas as regiões metropolitanas) -- no início dos anos 90. À raiz deste movimento está, possivelmente, a ausência de uma política salarial em um contexto recessivo e de forte abertura comercial, da mesma forma que o achatamento do valor do salário mínimo a seu menor valor -- em termos reais -- desde sua criação, em 1940.

Enfim, tanto o salário mínimo quanto o salário real médio voltariam a aumentar a partir de 1993 e, particularmente, em 1995 -- com a implantação do Plano Real. O salário mínimo real médio de 1995 atingiu seu maior nível desde o Plano Cruzado, situando-se ainda quase 10% abaixo, entretanto, do seu nível do início dos anos 80 [IPEA (1996)]. O salário real médio medido pela PME, por sua vez, atingiu no final deste mesmo ano um nível quase 50% superior ao registrado, em média, durante 1992, mas ainda inferior ao de 1990 [IPEA (1996)].

### 5.1.2 - Salários relativos

Além do salário real médio ter demonstrado uma grande flexibilidade ao longo deste período, os salários relativos também flutuaram consideravelmente. Em outras palavras, o grau de flexibilidade do salário real não foi o mesmo para os diversos grupos de trabalhadores. Nesta seção, examina-se esta questão dividindo a força de trabalho por nível de escolaridade, posição na ocupação e setor de atividade. Este estudo se baseia apenas nas “marginais”, ou seja, não serão levados em conta os diversos cruzamentos possíveis entre estas três variáveis.

#### 5.1.2.1 - Educação

A análise realizada aqui da evolução da renda real média do conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) dividida em cinco níveis de escolaridade (menos de um, de um a quatro, de cinco a oito, de nove a 11 e mais de 11 anos de estudo) é feita a partir de tabulações especiais da:

- PNAD, para o período 1981/90 (Tabela 1); e
- Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para a primeira metade dos anos 90 (Tabela 2).

Cabe assinalar, antes de mais nada, que embora estas duas pesquisas domiciliares sejam realizadas pelo IBGE, elas possuem importantes diferenças entre si. Enquanto a PNAD é realizada uma vez por ano e cobre o conjunto do território nacional (excetuando-se a zona rural da região

---

Norte), a PME (como o próprio nome indica) é realizada uma vez por mês e sua amostra se limita às seis principais regiões metropolitanas do país.<sup>26</sup>

Observe-se (Tabela 1) que o coeficiente de variação da renda real se mostrou, durante a década de 80, inversamente proporcional ao nível educacional (excluindo-se os universitários). Ou seja, o grau de flexibilidade do salário real tendeu a ser tão maior (e tanto para cima quanto para baixo) quanto menor fosse o capital humano acumulado pelo trabalhador.

Vimos na subseção acima que entre 1981 e 1982 o salário real médio se manteve praticamente constante, mostrando-se pouco sensível à política monetária contracionista praticada no segundo ano do “ajuste voluntário”.

A Tabela 1 mostra, contudo, que a permanência, em 1982, do salário real médio em seu nível registrado no ano anterior foi o resultado de um aumento do salário relativo dos trabalhadores mais qualificados vis-à-vis os de qualificação intermediária e -- em menor grau -- dos analfabetos (que registraram um ligeiro aumento de salário real).

As variações dos salários reais médios de todos os níveis de escolaridade foram muito mais abruptas durante o período em que vigoraram os acordos com o FMI (1983/84): todos, de fato, registraram perdas de mais de 20%.

Repare que embora as perdas mais pesadas tenham recaído sobre os analfabetos, o diferencial de salários entre os diferentes grupos não aumentou significativamente. Ou seja, a posse de capital humano não representou uma defesa eficaz contra o ônus do ajuste da conta corrente do balanço de pagamentos ocorrido neste período.

Já durante a recuperação registrada nos dois primeiros anos da Nova República, os trabalhadores com qualificação intermediária se beneficiaram significativamente menos que os com pouca e os com muita qualificação.

No final da década de 80, as perdas de renda real proporcionadas pela exacerbação da instabilidade macroeconômica tenderam a ser inversamente proporcionais à escolaridade do trabalhador.

Esta tendência, como pode ser comprovado na Tabela 2, foi completamente invertida nos primeiros anos da década de 90, quando todos perderam, mas se registrou uma redução do diferencial de salários entre os diferentes níveis

---

<sup>26</sup>A saber: Porto Alegre (PA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (BH), Salvador (SA) e Recife (RE).

de escolaridade, em um contexto em que todos os grupos tiveram suas rendas reais médias significativamente reduzidas, porém os mais escolarizados mais do que os menos. A partir da retomada do crescimento, em 1993, este movimento se reverteu, com todos os níveis de escolaridade registrando ganhos de renda real, mas com um aumento do diferencial de salários entre os vários grupos. Enfim, durante o Real, todos continuaram ganhando, num ritmo mais elevado e com uma diminuição do diferencial.

Tabela 1  
Evolução da renda real por nível de escolaridade  
(Índice 1981=100)

Anos de estudo	<1	1 - 4	5 - 8	9 - 11	>11
1981	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
1982	100.78	98.33	99.82	102.95	104.79
1983	75.78	78.46	79.03	80.45	81.65
1984	79.14	78.72	75.51	77.00	78.42
1985	86.03	88.46	86.26	89.61	92.61
1986	129.27	126.58	114.21	113.82	125.52
1987	91.09	90.10	86.81	93.54	96.95
1988	81.31	84.33	81.66	89.98	99.87
1989	98.46	105.04	97.81	108.52	115.10
1990	81.18	82.27	80.20	85.06	91.29
<i>média 81-82</i>	<i>100.39</i>	<i>99.16</i>	<i>99.10</i>	<i>101.40</i>	<i>102.36</i>
<i>média 83-84</i>	<i>77.46</i>	<i>78.59</i>	<i>77.27</i>	<i>78.72</i>	<i>80.03</i>
<i>média 85-86</i>	<i>107.65</i>	<i>107.52</i>	<i>100.23</i>	<i>101.71</i>	<i>109.06</i>
<i>média 87-90</i>	<i>88.01</i>	<i>90.43</i>	<i>87.00</i>	<i>94.27</i>	<i>96.52</i>
<i>coef. de var.</i>	<i>0.16</i>	<i>0.15</i>	<i>0.13</i>	<i>0.12</i>	<i>0.14</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 2  
Renda real média por grau de instrução  
(Em reais de dez/1995)

Ano	0-4	4-8	8-11	>=11
Média 1991	326,95	312,03	437,79	1192,30
Média 1992	261,10	254,43	361,90	945,27
Média 1993	269,39	261,94	377,79	1002,14
Média 1994	289,26	277,09	414,63	1155,58
Média 1995	357,53	335,65	476,88	1335,40

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.



### 5.1.2.2 - Posição na ocupação

A Tabela 3 mostra que os trabalhadores por conta própria foram os que mais sofreram com a política econômica implementada em 1982.

Em contrapartida, o custo do ajuste da conta corrente do balanço de pagamentos ocorrido no biênio 1983/84 recaiu preponderantemente sobre os assalariados.

As “vítimas privilegiadas” do ajuste externo promovido neste período foram os assalariados com carteira assinada que se viram forçados (pelo baixo poder de barganha que detinham em função do desaquecimento da economia) a aceitar um grau decrescente de indexação ante a inflação passada em plena aceleração inflacionária.

Tabela 3  
Evolução da renda real média por posição na ocupação  
(Índice 1981=100)

Posição na ocupação	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregador
1981	100.00	100.00	100.00	100.00
1982	102.52	106.96	95.32	102.09
1983	81.51	81.34	85.90	92.24
1984	79.21	83.07	84.46	91.24
1985	90.26	96.76	98.51	107.07
1986	109.31	138.75	153.75	166.11
1987	92.29	103.10	107.49	111.20
1988	96.10	98.00	98.52	106.70
1989	102.39	114.10	128.87	142.02
1990	81.07	109.92	100.15	101.52
<i>média 81-82</i>	<i>101.26</i>	<i>103.45</i>	<i>97.66</i>	<i>101.04</i>
<i>média 83-84</i>	<i>80.36</i>	<i>82.20</i>	<i>85.18</i>	<i>91.74</i>
<i>média 85-86</i>	<i>99.78</i>	<i>117.75</i>	<i>128.20</i>	<i>136.59</i>
<i>média 87-90</i>	<i>92.96</i>	<i>106.28</i>	<i>108.77</i>	<i>130.36</i>
<i>coef. de var.</i>	<i>0.10</i>	<i>0.10</i>	<i>0.15</i>	<i>0.18</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

Os trabalhadores por conta própria (e os empregadores) demonstraram, por sua vez, maior capacidade de defender seus rendimentos reais ante a aceleração inflacionária detonada pela desvalorização do que os empregados (com ou sem carteira assinada), o que deve ser atribuído ao fato de eles venderem bens e serviços (e não trabalho) em mercados muito

---

competitivos, ou seja, à capacidade deles indexarem melhor seus rendimentos que os assalariados.

Estes mesmos trabalhadores foram -- e pelas mesmas razões -- os que mais se beneficiaram do excesso de demanda generalizado que caracterizou o Plano Cruzado. Repare que neste período a renda dos empregados sem carteira assinada aumentou mais que a dos com carteira, o que se explica pela conjugação de aumento da demanda de trabalho (provocado pela recuperação econômica) e diminuição da oferta (visto que aumentou a participação de empregados formais no emprego total neste período -- como veremos mais adiante).

No caso dos trabalhadores por conta própria, o aumento exponencial de seus rendimentos reais se deveu não apenas a uma menor oferta de trabalho, mas também aos *spill-overs* em direção à demanda dos bens e serviços produzidos por este segmento gerados pelo racionamento no setor formal imposto pelo congelamento de preços. O mesmo fenômeno se reproduziu durante o Plano Real (Tabela 4), em função do aumento (pelo menos temporário) dos preços dos bens não-comercializáveis em relação aos comercializáveis provocado pela conjunção de atraso cambial e elevação da demanda agregada.<sup>27</sup>

Em compensação, trabalhadores por conta própria e empregadores foram os que registraram as maiores perdas ao longo do estancamento do final da década de 80 e no início dos anos 90 (Tabela 4).

Tabela 4  
Renda real média por posição na ocupação  
(Em reais de dez/95)

Ano	CC	SC	CP	EMP
Média 1991	485,91	346,84	347,61	1327,81
Média 1992	417,70	270,49	265,11	981,65
Média 1993	439,66	280,05	280,62	1052,09
Média 1994	463,28	300,11	329,00	1462,33
Média 1995	518,67	382,79	441,87	1765,71

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

Observe-se ainda que os assalariados em geral registraram -- durante a década de 80 -- um menor coeficiente de variação de seus rendimentos reais

---

<sup>27</sup>Visto que os setores produtores de não-comercializáveis (como comércio e serviços) são aqueles onde se concentra a maioria dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores.

que os trabalhadores por conta própria e empregadores. No entanto, seus rendimentos reais se mostraram mais flexíveis para baixo que os dos outros segmentos do mercado de trabalho.

Pode-se, portanto, estabelecer uma espécie de tipologia: se o ajuste se dá via recessão, os trabalhadores informais (e sobretudo os por conta própria) tenderão a arcar com o ônus deste ajuste mais que os demais; se ele se dá via aceleração da taxa de inflação, a conta recairá mais sobre os empregados com carteira assinada.

### 5.1.2.3 - Setor de atividade

Os dados apresentados na Tabela 5 evidenciam que, com a política econômica perseguida em 1982, o setor que foi mais prejudicado foi a agricultura e os mais beneficiados foram a administração pública e a construção civil.

Tabela 5  
Evolução da renda real média dos setores  
(Índice 1981=100)

Setor	agricul- tura	indústria	constr. civil	comér- cio	admin. pública	serviços privados	setor financ.
1981	100	100	100	100	100	100	100
1982	92	99	111	105	106	100	102
1983	88	80	63	85	84	80	82
1984	88	79	83	84	79	78	77
1985	99	88	94	99	97	88	89
1986	144	112	144	148	115	132	103
1987	99	90	104	102	97	100	96
1988	86	96	97	99	95	98	106
1989	113	101	125	135	102	122	119
1990	85	80	105	100	97	98	85
<i>média 81-82</i>	<i>91</i>	<i>99</i>	<i>105</i>	<i>102.25</i>	<i>103</i>	<i>100</i>	<i>101</i>
<i>média 83-84</i>	<i>88</i>	<i>79.50</i>	<i>73</i>	<i>84.50</i>	<i>81.5</i>	<i>79</i>	<i>79.5</i>
<i>média 85-86</i>	<i>121</i>	<i>100</i>	<i>119</i>	<i>123.5</i>	<i>106</i>	<i>110</i>	<i>96</i>
<i>média 87-90</i>	<i>95.75</i>	<i>91.75</i>	<i>107.75</i>	<i>109</i>	<i>97.75</i>	<i>104.5</i>	<i>101.5</i>
<i>Coef. de var.</i>	<i>0.17</i>	<i>0.11</i>	<i>0.20</i>	<i>0.18</i>	<i>0.10</i>	<i>0.16</i>	<i>0.13</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

Durante o período de ajuste da conta corrente do balanço de pagamentos (1983/84), em compensação, as perdas dos trabalhadores da agricultura foram relativamente menores que as dos trabalhadores dos outros setores.

---

Este fenômeno pode se explicar, pelo menos em parte, pelo fato de a agricultura ser um setor "mais comercializável" que os demais, e portanto, por ele ter se beneficiado pela mudança de preços relativos determinada pela desvalorização real de 1983.

O excesso de demanda detonado pelo Plano Cruzado, por sua vez, beneficiou especialmente, pela ordem, o comércio, a construção civil, a agricultura e os serviços privados, ou seja, os setores mais competitivos da economia. Indústria de transformação e administração pública, os dois setores que contam com um maior grau de formalidade das relações trabalhistas, foram aqueles cujos trabalhadores registraram os menores aumentos de seus rendimentos reais durante este período.

Com a conjugação de estagnação do nível de atividade e explosão inflacionária que marcou o final da década de 80, enfim, o único setor que registrou um aumento de sua renda real média foi o financeiro (o que não chega a ser surpreendente, ainda que se trate apenas de rendimentos do trabalho). Todos os demais tiveram perdas de renda real, sobretudo a agricultura.<sup>28</sup>

Tomando-se a década de 80 de ponta a ponta, é interessante se observar que a indústria, o setor "moderno" **par excellence**, foi aquele setor em que os trabalhadores registraram a maior retração de suas rendas reais médias. Os que demonstraram maior capacidade de se defender diante da instabilidade macroeconômica que caracterizou o período foram a construção civil, o comércio e os serviços privados, setores que (sobretudo os dois últimos) se costuma pensar como mais competitivos, menos sujeitos a barreiras à entrada e, portanto, mais suscetíveis a se comportar como "colchões" -- e, portanto, a registrarem perdas em períodos de crise. Observe-se também, porém, que estes mesmos setores foram os que registraram maiores coeficientes de variação de seus salários reais médios ao longo deste período e que isto se deveu mais à flexibilidade "para cima" de seus rendimentos reais médios que à flexibilidade "para baixo". Indústria e administração pública, de fato, também demonstraram ter rendimentos "mais flexíveis" para baixo que os setores considerados mais competitivos, em plena década perdida.

---

<sup>28</sup>Os dados por setor para a década de 90 não se encontram disponíveis, dado que a PME -- por seu próprio formato -- dificulta a análise com este tipo de corte.

Tabela 6  
Renda real média por setor de atividade  
(Em reais de dez/1995)

	EXT. MIN.	IND. TRANSF.	SERV. IND. UTIL. PUB.	CONST. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PUB.	AGROP.	OUTROS
Média 1991	63,00	530,00	744,79	354,24	397,38	362,56	606,41	300,93	669,42
Média 1992	598,07	465,78	667,30	278,93	305,13	290,97	451,27	213,40	552,66
Média 1993	743,57	484,20	699,64	280,10	324,27	303,44	465,68	219,78	604,72
Média 1994	765,17	521,24	735,13	297,65	372,08	343,04	509,05	259,24	650,38
Média 1995	863,03	594,97	794,52	386,66	449,57	432,00	627,61	381,04	717,76

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

### 5.1.3 - Os salários no mercado de trabalho brasileiro são flexíveis? A quê?

Nesta subseção procura-se sumariar os resultados apresentados nas duas anteriores.

Vimos, antes de mais nada, que o salário real médio do conjunto da PEA se mostrou extremamente flexível ao longo do período como um todo, mas que o grau de flexibilidade diferiu substancialmente nem tanto segundo o nível educacional do trabalhador, mas sobretudo em função de sua forma de inserção no processo produtivo, ou seja, segundo seu setor de atividade ou sua posição na ocupação.

Este resultado corrobora aqueles que, de maneira distinta, têm sido encontrados por outros autores na literatura recente.<sup>29</sup>

Vimos também que há essencialmente duas maneiras da instabilidade macroeconômica “flexibilizar” os salários reais:

- oscilações da taxa de desemprego (provocadas, por exemplo, por mudanças na política de controle da demanda agregada), as quais tendem a afetar sobretudo os rendimentos dos segmentos mais competitivos da força de trabalho. Ajustes macroeconômicos que se dão predominantemente via recessão tendem, portanto, a prejudicar mais os

<sup>29</sup>Barros, Cardoso e Urani (1993) e Bonelli e Ramos (1993) mostram que a evolução da desigualdade no período recente esteve pouco correlacionada às mudanças ocorridas no perfil educacional da mão-de-obra.

---

trabalhadores informais do que os formais e mais aqueles que trabalham em setores como a agricultura, o comércio e os serviços privados do que aqueles da indústria de transformação e da administração pública; e

- acelerações inflacionárias (detonadas, por exemplo, por uma tentativa de desvalorização cambial), que -- em contrapartida -- tendem a ser mais prejudiciais aos segmentos mais organizados da força de trabalho, dada a maior dificuldade destes indexarem seus rendimentos.

Nas diferentes etapas do ajuste tivemos assim que:

- os trabalhadores dos segmentos mais competitivos foram os que mais pagaram pelo “ajuste voluntário”, quando a essência da política econômica era uma forte retração da oferta de moeda;
- no período em que vigoraram os acordos com o FMI, quando não apenas se reforçaram os mecanismos de aperto da demanda agregada mas também se procedeu a uma desvalorização cambial, todos pagaram pelo custo do reequilíbrio da conta corrente, mas sobretudo os segmentos mais organizados da força de trabalho;
- o descontrole da demanda agregada que acompanhou a tentativa de estabilização heterodoxa de meados da década de 80, assim como a política expansiva e o atraso cambial que marcaram os primeiros meses do Plano Real beneficiaram sobretudo os trabalhadores ligados aos segmentos mais competitivos; e que
- em compensação, eles voltaram a ser os mais prejudicados com os novos ajustes recessivos registrados no fim da década de 80/início da de 90.

No período como um todo houve, portanto, uma nítida tendência aos rendimentos dos trabalhadores menos qualificados, por conta própria e/ou da agricultura serem muito mais flexíveis que os demais. Isto não significa, entretanto, que algum segmento do mercado de trabalho tenha apresentado um alto grau de rigidez de seus salários reais. Mesmo os segmentos mais organizados (empregados com carteira assinada, universitários, trabalhadores na indústria ou na administração pública) tiveram seus poderes médios de compra fortemente afetados pelas freqüentes oscilações do nível de atividade e da taxa de inflação.

---

Por um lado, portanto, temos que as perdas tenderam a ser inversamente proporcionais ao nível de escolaridade.<sup>30</sup> Por outro, a análise por posição na ocupação e por setor de atividade mostra que elas foram maiores para os segmentos mais organizados (e, portanto, que deveriam ter o maior grau de “resistência salarial”) da força de trabalho, os quais -- em tese -- deveriam corresponder aos mais educados. Este ponto merece ser estudado em maiores detalhes em pesquisas futuras.

## **5.2 - Flexibilidade alocativa**

Amadeo et alii (1993) definem flexibilidade alocativa como a capacidade do mercado de trabalho de alocar contínua e eficientemente a mão-de-obra de forma a manter a produtividade marginal do trabalho constante em todas as atividades. Ela pode ser vista, assim, como um sinônimo de ausência de segmentação.

Neste sentido, podem ser vistos como sintomas da existência de barreiras à mobilidade da mão-de-obra entre diferentes setores:

- elevações da taxa de desemprego;
- aumentos do grau de informalidade que não tenham sido detonados por uma redução do diferencial de salários entre os segmentos formal e informais; e
- mudanças na composição setorial da ocupação não-correlacionadas com variações dos salários relativos.

### **5.2.1 - Desemprego aberto**

Apesar da relativa estagnação e da instabilidade macroeconômica que caracterizaram o período, o desemprego aberto não se agravou dramaticamente durante a década de 80 como um todo.

No entanto, como sobressai na Tabela 7, a taxa de desemprego registrou variações importantes ao longo deste período: seu coeficiente de variação foi de 0.2%, muito mais elevado que os registrados pelas participações dos dois segmentos formados por trabalhadores informais na ocupação total. Estes dados sugerem que -- durante a década de 80 -- os ajustes em termos de alocação de mão-de-obra se deram mais via desemprego que via mobilidade entre o segmento formal e os informais do mercado de trabalho.

---

<sup>30</sup>Embora esta tendência tenha se invertido no início dos anos 90.

Tabela 7

Taxas de desemprego e a participação do setor informal na ocupação total -- 1981/89

	Taxa de desemprego (%)	Emprego sem carteira assinada/ ocupação total (%)	Trabalho por conta própria/ ocupação total (%)
1981	6.63	28.12	25.95
1982	5.82	28.52	26.71
1983	7.55	32.94	26.66
1984	6.73	29.98	24.98
1985	5.10	29.17	26.09
1986	3.89	28.57	25.59
1987	5.06	28.36	25.19
1988	4.98	28.32	25.64
1989	4.13	27.97	24.40
1990	5.30	27.81	25.32
<i>média 81-82</i>	<i>6.23</i>	<i>28.32</i>	<i>26.33</i>
<i>média 83-84</i>	<i>7.14</i>	<i>31.46</i>	<i>25.80</i>
<i>média 85-86</i>	<i>4.50</i>	<i>28.87</i>	<i>25.84</i>
<i>média 87-89</i>	<i>4.88</i>	<i>28.12</i>	<i>25.14</i>
<i>Coef. de var.</i>	<i>0.20</i>	<i>0.05</i>	<i>0.03</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

A própria Tabela 7 mostra que a taxa de desemprego atingiu seu ápice durante a recessão do início dos anos 80, após o que ela diminuiu significativamente -- graças à recuperação econômica iniciada em meados de 1984 (e particularmente durante o Plano Cruzado) -- para finalmente voltar a aumentar (sem contudo voltar aos níveis do período 1981/83), após o colapso deste plano de estabilização.

Infelizmente, como já assinalado, informações a nível nacional não estão disponíveis para o período posterior a 1990 e os dados da PME se limitam às seis principais regiões metropolitanas do país. A Tabela 8 mostra a evolução da taxa média de desemprego na década de 90. Pode-se notar que -- em todas as regiões metropolitanas -- ela seguiu um comportamento anticíclico, mas mantendo-se em níveis relativamente baixos, sem nunca voltar a atingir os picos registrados no início dos anos 80, apesar da profundidade da recessão dos primeiros anos da década.



Tabela 8

Taxa de desemprego aberto por região metropolitana

Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
Média 1991	3,59	5,52	4,35	4,11	5,90	5,91	4,84
Média 1992	4,04	6,51	5,51	4,81	8,60	6,77	6,37
Média 1993	4,07	5,74	4,02	4,46	8,91	6,62	5,32
Média 1994	4,11	5,42	4,13	4,29	6,81	7,06	5,06
Média 1995	3,42	5,17	4,47	3,78	5,46	6,73	4,65

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

A Tabela 9 se baseia na PNAD e mostra a evolução da taxa de desemprego por nível educacional entre 1981 e 1990. Vê-se, antes de mais nada, que ela foi sistematicamente mais elevada para os trabalhadores com um nível de qualificação intermediária -- e, em particular, para aqueles que tinham completado de cinco a oito anos de estudo. Note-se também que nas extremidades (ou seja, para os trabalhadores muito qualificados e para os muito pouco) as taxas são consideravelmente inferiores à média.

Na Tabela 10, por sua vez, vê-se que este mesmo padrão continuou se reproduzindo ao longo da década de 90.

No entanto, o coeficiente de variação da taxa de desemprego foi significativamente mais elevado para os trabalhadores que tinham ou pouquíssima ou muitíssima educação, em particular para os primeiros. Em outras palavras, as taxas de desemprego dos analfabetos e dos universitários tenderam a variar mais que as dos trabalhadores com formação intermediária, ainda que se mantivessem em patamares bem menos elevados que os registrados por estes últimos. Por exemplo: de 1983 a 1986, a taxa de desemprego dos analfabetos caiu de 5,64 para 1,67% -- ou seja, mais de 70% -- enquanto a dos que tinham formação colegial (de nove a 11 anos de estudo) diminuiu menos de 30% (de 7,77 para 4,28%).

O desemprego, portanto, ainda que não tenha atingido proporções dramáticas, tendeu a ser mais grave para os trabalhadores entre cinco e 11 anos de estudo, tanto porque estes registraram maiores probabilidades de se encontrarem desempregados quanto porque estas probabilidades se mostraram menos sensíveis ao ciclo econômico que para os demais trabalhadores. Mais grave ainda: é nesta faixa que se deu o grosso das entradas na força de trabalho ao longo deste período [Urani (1994b)].

Tabela 9

Taxas de desemprego por nível educacional -- 1981/90

Anos de Estudo	<1	1-4	5-8	9-11	>11
1981	4.40	6.84	8.61	6.53	3.04
1982	4.14	5.51	7.70	6.17	3.15
1983	5.64	7.30	9.87	7.77	3.85
1984	4.31	6.31	8.92	7.39	3.41
1985	2.84	4.72	7.04	5.63	2.24
1986	1.67	2.84	4.50	4.28	1.82
1987	2.74	4.91	6.73	5.54	2.09
1988	2.77	4.43	6.80	5.91	2.07
1989	3.21	3.86	5.52	4.38	1.72
1990	3.46	5.18	7.06	5.46	2.56
<i>média 81-82</i>	<i>4.27</i>	<i>6.18</i>	<i>8.16</i>	<i>6.35</i>	<i>3.10</i>
<i>média 83-84</i>	<i>4.98</i>	<i>6.81</i>	<i>9.40</i>	<i>7.58</i>	<i>3.63</i>
<i>média 85-86</i>	<i>2.26</i>	<i>3.78</i>	<i>5.77</i>	<i>4.96</i>	<i>2.03</i>
<i>média 87-89</i>	<i>3.05</i>	<i>4.60</i>	<i>6.53</i>	<i>5.32</i>	<i>2.11</i>
<i>Coef. de var.</i>	<i>0.30</i>	<i>0.25</i>	<i>0.21</i>	<i>0.18</i>	<i>0.27</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 10

Taxa de desemprego por grau de instrução

Ano	0-4	4-8	8-11	>=11
<b>Média 1991</b>	2,55	7,36	6,06	2,45
<b>Média 1992</b>	3,02	8,46	7,18	2,30
<b>Média 1993</b>	2,81	7,66	7,12	2,40
<b>Média 1994</b>	2,53	7,18	6,84	2,29
<b>Média 1995</b>	2,37	6,56	6,18	2,11

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

Os Gráficos 9 a 13 também se baseiam em dados resultantes de tabulações especiais da PNAD e permitem fazer uma análise da evolução de algumas características importantes desta variável ao longo dos anos 80.

Em primeiro lugar, fica claro, vendo o Gráfico 9, que a taxa de desemprego dos homens oscilou, durante o período, muito mais fortemente que a das

mulheres; ou seja: ela se mostrou maior que a das mulheres quando a taxa de desemprego global era elevada e menor quando a taxa de desemprego era baixa.<sup>31</sup> Já na década de 90, segundo os dados da PME (Tabela 11), as taxas das mulheres foram sistematicamente mais elevadas que as dos homens.

Tabela 11  
Taxa de desemprego por gênero --1991/95

	Homens	Mulheres
Média 1991	4,81	4,88
Média 1992	4,76	5,21
Média 1993	5,14	5,61
Média 1994	4,84	5,43
Média 1995	4,54	4,83

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

Os Gráficos 10 e 11 ilustram, respectivamente, a composição do emprego por faixa etária e por posição na família em alguns anos selecionados da década de 80. Eles indicam claramente que, qualquer que fosse a taxa de desemprego total, ela tendeu a recair mais sobre os mais jovens, em particular para os que ocupavam a posição de “filhos” em suas famílias. Os dois gráficos -- assim como as Tabelas 12 e 13 -- mostram, também, que estas duas tendências tendem a se atenuar com o tempo.

Tabela 12  
Composição do desemprego por faixa etária -- 1991/95

	<=14	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-66	>=65
Média 1991	2,35	12,97	39,91	16,07	18,57	7,42	2,18	0,36	0,17
Média 1992	2,07	11,81	39,99	16,37	18,35	8,12	2,61	0,41	0,27
Média 1993	1,82	10,67	40,67	16,10	18,71	8,44	3,07	0,32	0,20
Média 1994	1,72	10,79	39,13	17,22	19,21	8,89	2,50	0,32	0,22
Média 1995	1,74	10,73	39,61	15,91	19,63	8,60	2,94	0,58	0,26

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

<sup>31</sup>Por outro lado, estas mesmas tabulações mostram que enquanto para os trabalhadores de baixa qualificação a taxa de desemprego tendeu a ser sistematicamente mais alta para os homens que para as mulheres -- o inverso ocorreu para os muito qualificados.

Tabela 13

Composição do desemprego por posição na família -- 1991/95

	<b>CHEFE</b>	<b>CÔNJUGE</b>	<b>FILHOS</b>	<b>OUTROS</b>
<b>Média 1991</b>	27,65	7,24	57,02	8,09
<b>Média 1992</b>	28,00	7,97	56,26	7,77
<b>Média 1993</b>	28,40	8,26	55,70	7,64
<b>Média 1994</b>	28,38	9,07	54,96	7,60
<b>Média 1995</b>	27,95	9,28	55,81	6,96

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

No Gráfico 12, vê-se que a duração média do desemprego aumentou ao longo da década: a moda da distribuição por faixas de duração se deslocou, de fato, de “menos de um mês” em 1981 para “de quatro a 12 meses” em 1990.

Concomitantemente, como ilustra o Gráfico 13, a duração média do último emprego antes do trabalhador ter ficado desempregado resulta ter aumentado.

Portanto, temos, por um lado, que a taxa de desemprego, no final do período analisado, resulta ser menos sensível ao ciclo que no início e, por outro, que a duração média do desemprego aumentou (pelo menos até o final da década de 80) e que o fenômeno passou a atingir trabalhadores mais velhos e em particular os chefes de família. Estes sintomas, caso a taxa de desemprego em 1990 tivesse sido maior que no início dos anos 80, indicariam uma redução da flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, como vimos, ocorreu justamente o contrário.

Uma explicação possível para esta mudança do perfil do desempregado verificada na segunda metade da década de 80 é a introdução, com o Plano Cruzado, do sistema de seguro desemprego. Esta medida, de fato, tende a diminuir o custo de busca de um novo emprego, alongando assim a duração média do desemprego -- mas não necessariamente a taxa de desemprego propriamente dita. Cabe assinalar, porém, que este sistema só se tornaria mais efetivo no início dos anos 90 [ver Azeredo e Chahad (1994) e Machado (1994)], mas nem por isso se registrou um grande aumento da taxa de desemprego -- como vimos acima.

Gráfico 9  
Taxa de desemprego por gênero -- 1981/90

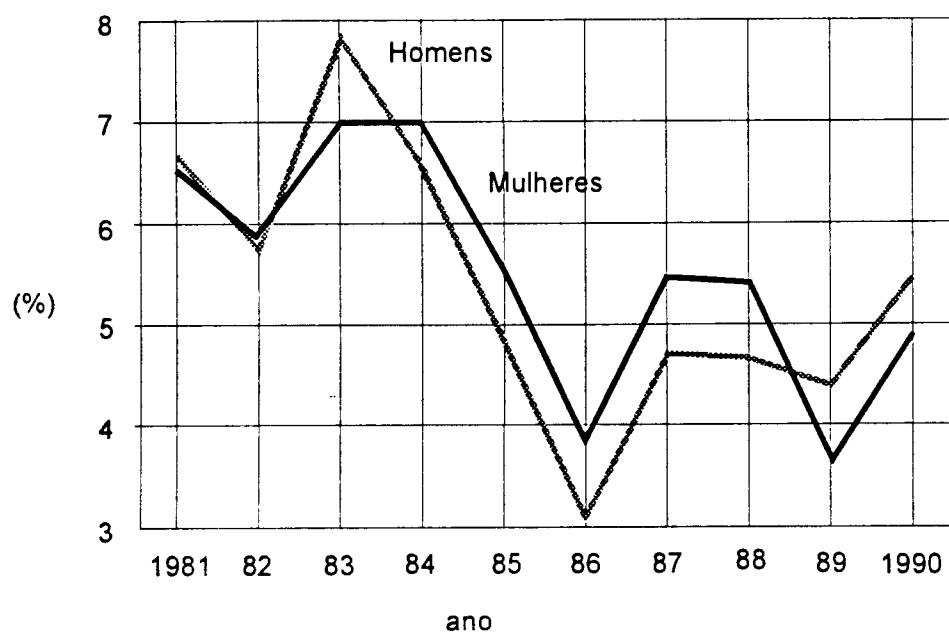


Gráfico 10  
Composição do desemprego por faixa etária em anos selecionados

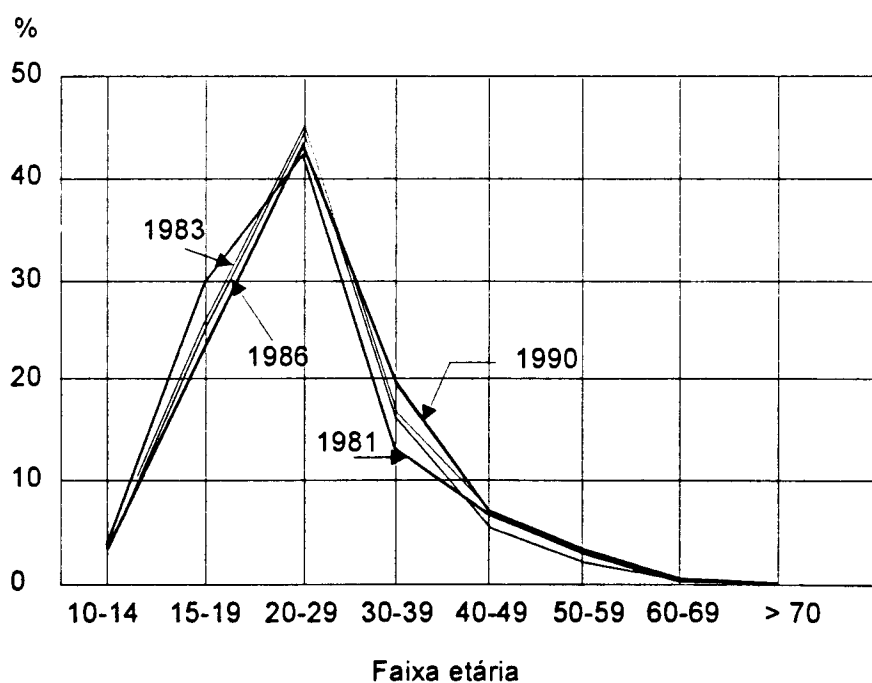


Gráfico 11  
Composição do desemprego por posição na família em anos selecionados

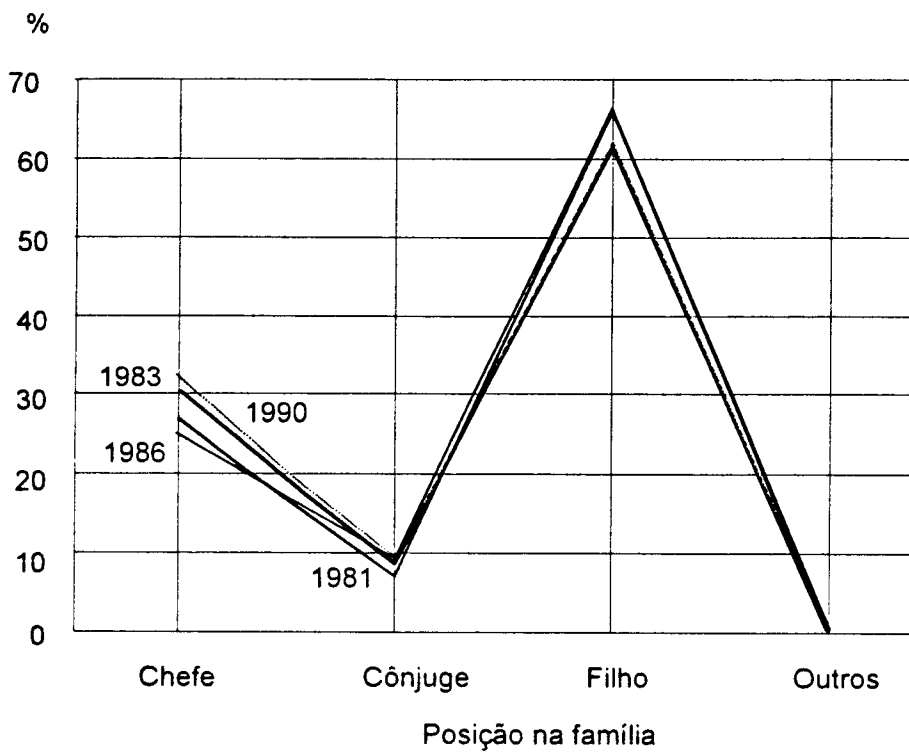


Gráfico 12  
Duração do desemprego em anos selecionados

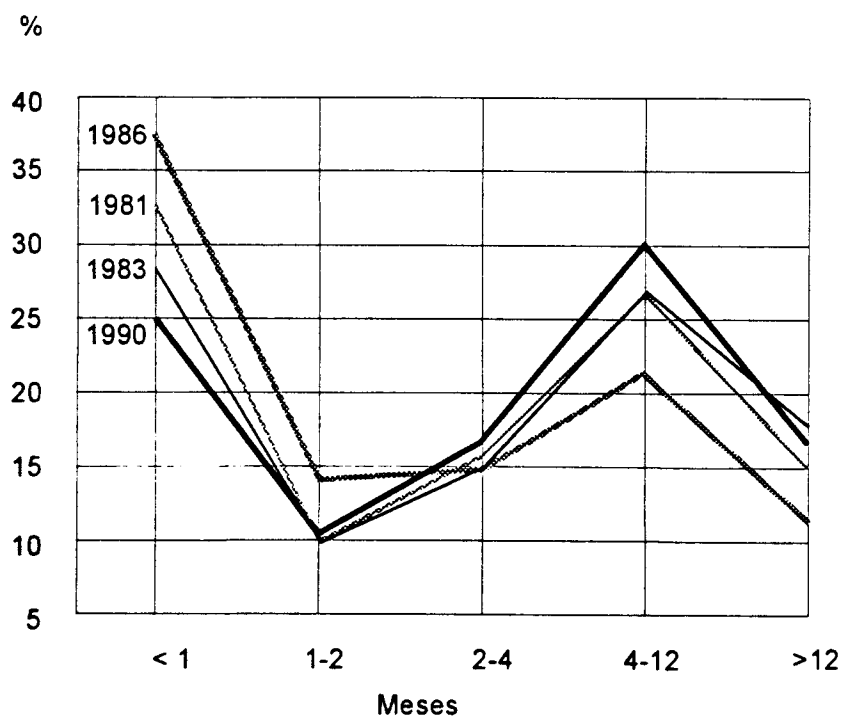
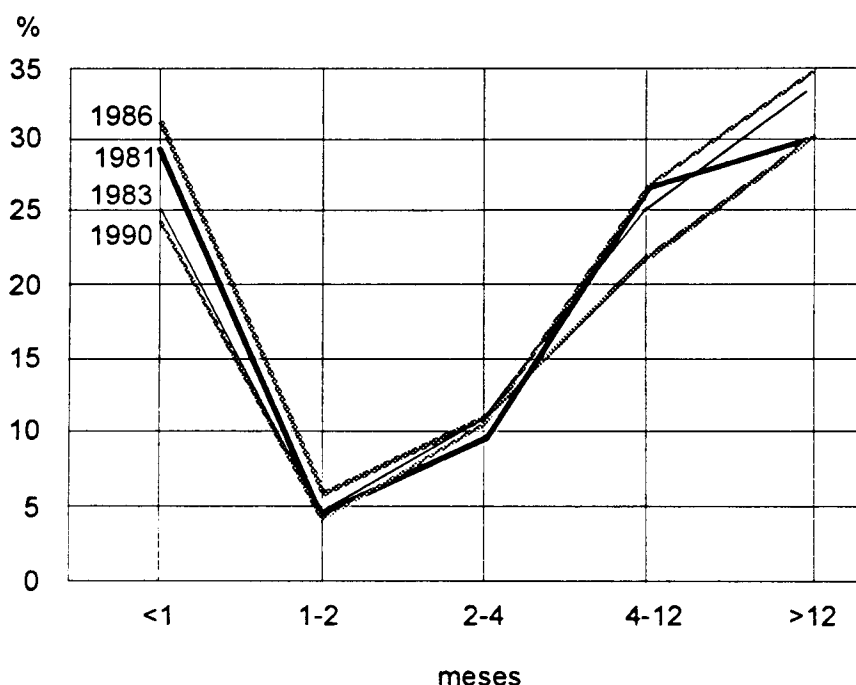


Gráfico 13

Duração média do último emprego antes de ficar desempregado em anos selecionados



O que cabe explicar, portanto, é por que a taxa de desemprego se tornou menos sensível ao ciclo econômico durante este período. Amadeo *et alii* (1993) sugerem que tenha ocorrido uma mudança importante nas expectativas dos agentes de uma recessão para outra. É possível imaginar, de fato, que, no início dos anos 80, em função do longo período de crescimento estável dos anos 70 e da própria natureza das políticas de ajuste implementadas, os agentes encarassem a queda do nível de atividade e da demanda de trabalho no segmento com carteira assinada como um fenômeno transitório e, portanto, não deixaram de ofertar trabalho neste segmento.

Já nos anos 90, após uma década de fraco crescimento e diante de uma autêntica política de ajuste estrutural, eles rapidamente entenderam que a queda da demanda de trabalho poderia não ser transitória e se deslocaram rapidamente para outro segmento do mercado de trabalho.

Isto pode ser interpretado como um sinal de que houve um aumento da flexibilidade alocativa do mercado de trabalho de uma década para outra.

---

### 5.2.2 - Informalização

Uma das possíveis explicações para a taxa de desemprego ter se mostrado pouco sensível a flutuações do nível de atividade poderia estar na capacidade dos segmentos informais do mercado de trabalho absorverem eventuais excessos de mão-de-obra para o segmento formal provocados pela rigidez salarial deste segmento.

Os dados da PNAD, que constam da Tabela 9, no entanto, mostram que, embora as participações destes segmentos na ocupação total tenham variado de forma contracíclica ao longo da década de 80, estas variações foram ainda menos importantes que as verificadas pela taxa de desemprego. Em 1990, apesar da relativa estagnação que caracterizou a década como um todo, o grau de informalização do mercado de trabalho (ou seja, as participações na ocupação total de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria) era praticamente idêntico ao de 1981.

Pode-se, contudo, dividir o comportamento dos segmentos informais ao longo da década em dois momentos distintos:

- a primeira metade dos anos 80, quando os segmentos informais do mercado de trabalho funcionaram apenas parcialmente como colchões, no sentido em que seu inchamento foi concomitante a um importante aumento da taxa de desemprego;
- a segunda metade da década, quando as trajetórias das participações dos dois segmentos do mercado de trabalho considerados informais na força de trabalho foram opostas. Repare que isto ocorreu em um período em que estavam diminuindo os diferenciais de salários entre estes dois segmentos e o formado por empregados com carteira assinada. Estes resultados sugerem que a lógica da determinação do nível de ocupação seja profundamente diferente entre estes dois segmentos: enquanto os empregados sem carteira são essencialmente trabalhadores racionados no mercado formal de trabalho -- o que significa que o tamanho relativo do setor é determinado pelo lado da demanda --, os por conta própria parecem ser indivíduos que optaram pelo não-assalariamento -- o que implica que seu tamanho relativo se determina pelo lado da oferta.

Este panorama se modificou consideravelmente durante a década de 90, como pode ser visto na Tabela 14.



Tabela 14

Composição da ocupação por posição na ocupação -- 1991/95

	CC	SC	CP	EMP
Média 1991	53,45	22,51	19,95	4,09
Média 1992	51,40	23,68	20,85	4,07
Média 1993	50,50	24,53	20,93	4,04
Média 1994	48,81	25,51	21,75	3,93
Média 1995	48,26	25,70	21,86	4,17

Fonte: PME/IBGE.

Entre 1991 e 1995, a participação dos empregados com carteira assinada na ocupação total diminuiu cinco pontos percentuais no conjunto do “Brasil metropolitano”. Segundo os mesmos dados da PME, o número absoluto de trabalhadores nesta situação teria se reduzido em 350 mil neste mesmo período. Uma vez que, como se viu acima, a taxa de desemprego praticamente não aumentou durante este período, a principal contrapartida deste fenômeno foi um inchaço dos segmentos informais do mercado de trabalho: a participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total aumentou mais de três pontos percentuais e a dos trabalhadores por conta própria quase dois pontos. Em outras palavras, nos anos 90, o papel de “colchão” do informal como um todo tem sido muito mais importante que uma década atrás. Por um lado, o trabalhador que perdeu um emprego com carteira assinada passou a ter maior probabilidade de ter uma ocupação informal do que de ficar desempregado; por outro -- como já assinalado --, a perda de rendimento provocada por esta transição de uma ocupação para outra passou a ser menor. Em outras palavras, esta maior flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro pode ter contribuído, apesar dos pesares, para atenuar os impactos macroeconômicos e sociais do ajuste macroeconômico em ato durante este período.

### 5.2.3 - Taxa de participação

Outro motivo para a taxa de desemprego não ter aumentado consideravelmente durante a primeira metade da década de 90 é a diminuição da taxa de participação, ou seja, da proporção de pessoas em idade ativa que trabalham ou procuram trabalho. Os dados da PME indicam que a taxa de participação no Brasil metropolitano caiu de 63,82% em 1990 para 59,43% em 1995; mais do que isto: o total desta queda pode se explicar pelo comportamento das camadas mais jovens -- menos de 24 anos [IPEA (1996b)]. Parece estar havendo, portanto, uma significativa redução da participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, que pode se explicar tanto por maior atratividade do sistema escolar quanto pelo

pouco dinamismo da demanda de trabalho e pelas novas exigências dos empregadores, decorrentes da adesão aos novos paradigmas produtivos.

O que interessa ressaltar aqui, porém, é que o próprio tamanho do mercado de trabalho se mostrou flexível, uma vez que o crescimento da oferta se mostrou muito menos significativo do que poderia se esperar caso não tivesse ocorrido este fenômeno.

#### 5.2.4 - Composição setorial do emprego

A década de 80 foi marcada por uma redução da importância relativa dos setores primário e secundário na ocupação total e, por conseguinte, por um inchaço do setor terciário [Amadeo et alii (1994)].

A Tabela 15 mostra que a participação da agricultura na ocupação total decresceu cerca de seis pontos percentuais ao longo da década, passando de 25 para 19%.<sup>32</sup>

Tabela 15

Evolução da composição setorial da ocupação -- 1981/90

Setor	agricul- tura	indústria	constr. civil	comércio	admin. pública	serviços privados	setor financ.
1981	24.89	13.99	9.67	11.79	10.88	25.98	2.81
1982	25.08	13.88	8.58	11.69	11.05	26.80	2.92
1983	22.58	12.99	11.41	11.95	11.16	26.81	3.11
1984	25.78	13.28	6.93	12.09	11.33	27.42	3.17
1985	24.40	13.85	6.90	12.36	11.54	27.67	3.28
1986	22.63	14.90	7.56	12.77	11.80	27.54	2.79
1987	21.03	14.60	7.77	13.06	11.88	28.83	2.84
1988	20.79	14.34	7.41	13.05	12.40	29.24	2.77
1989	19.79	14.75	7.28	13.72	12.22	29.33	2.91
1990	19.27	14.19	7.20	14.31	12.37	29.90	2.76
<i>média 81-82</i>	<i>22.99</i>	<i>13.94</i>	<i>9.13</i>	<i>11.74</i>	<i>10.97</i>	<i>26.39</i>	<i>2.87</i>
<i>média 83-84</i>	<i>24.18</i>	<i>13.14</i>	<i>9.17</i>	<i>12.02</i>	<i>11.25</i>	<i>27.12</i>	<i>3.14</i>
<i>média 85-86</i>	<i>23.52</i>	<i>14.38</i>	<i>7.23</i>	<i>12.57</i>	<i>11.67</i>	<i>27.61</i>	<i>3.04</i>
<i>média 87-90</i>	<i>20.22</i>	<i>14.47</i>	<i>7.42</i>	<i>13.54</i>	<i>12.22</i>	<i>29.33</i>	<i>2.82</i>
<i>Coef. de var.</i>	<i>0.09</i>	<i>0.04</i>	<i>0.16</i>	<i>0.06</i>	<i>0.04</i>	<i>0.04</i>	<i>0.05</i>

Fonte: PNAD/IBGE.

<sup>32</sup>Observe-se que esta queda foi menos brusca que a registrada durante a década de 70.

---

Na mesma tabela, vê-se que a queda de participação do setor secundário se deveu exclusivamente à construção civil (cuja participação caiu de 9 para 7%), visto que a indústria de transformação propriamente dita chegou até a aumentar, ainda que muito ligeiramente, sua importância relativa.

Apesar do aumento de sua participação no PIB, o setor financeiro foi o único, dentro do terciário, a não aumentar a sua participação no emprego. Na realidade, ela cresceu ao longo da primeira metade da década, mas diminuiu abruptamente após o Plano Cruzado, retornando, em 1990, ao mesmo nível registrado em 1981 (cerca de 2,5%).

O inchaço do terciário se deveu, portanto, ao aumento do peso relativo da administração pública, do comércio e sobretudo dos serviços privados (cuja participação, em 1990, atinge quase 30%).

É particularmente interessante se observar que, apesar deste inchaço, a renda real média em cada um destes três setores em 1990 era praticamente idêntica à registrada em 1981, enquanto a dos demais setores era, em geral, inferior.<sup>33</sup> Estes resultados indicam que estes setores demonstraram funcionar como “colchões” de boa qualidade, sendo capazes de absorver grandes contingentes de mão-de-obra sem que isto prejudicasse a renda real média de seus trabalhadores.

Este quadro se modificou substancialmente na década de 90, como pode ser verificado na Tabela 16.<sup>34</sup> A redução da participação do setor secundário na ocupação total, de fato, passou a ser comandada pela indústria de transformação, e a principal contrapartida disto foi um ulterior inchaço dos serviços privados.

### **5.2.5 - Ajuste macroeconômico e flexibilidade alocativa**

Há pelo menos quatro fatores que evidenciam a alta flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro durante o período analisado aqui:

---

<sup>33</sup>Na realidade, como se viu na Subseção 5.2, a renda real média na administração pública caiu ligeiramente, devido à maior participação de trabalhadores pouco qualificados em seu emprego total e a uma queda da renda real média destes.

<sup>34</sup>Mais uma vez, cabe ressaltar que nesta tabela estão representadas apenas as principais regiões metropolitanas, o que implica uma sub-representação dos setores de agropecuária e extrativa mineral em prol dos demais.

Tabela 16

Composição da ocupação por setor de atividade -- 1991/95

	Ext. Min.	Ind. Transf.	Util. Pública	Constr. Civil	Com.	Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outros
Média 1991	0,25	22,71	1,15	7,82	15,02	35,79	8,92	0,86	7,48
Média 1992	0,24	20,94	1,15	8,10	15,00	36,78	9,41	0,86	7,51
Média 1993	0,22	20,74	1,16	7,72	15,27	37,26	9,43	0,86	7,35
Média 1994	0,25	20,04	1,09	7,85	15,44	37,94	9,26	0,90	7,22
Média 1995	0,21	19,86	1,01	7,58	15,62	38,76	8,96	0,87	7,12

Fonte: PME/IBGE.

- a evolução do desemprego. A taxa de desemprego se manteve em patamares relativamente baixos e sua evolução se mostrou cada vez menos correlacionada às idas e vindas do nível de atividade. A duração do desemprego, por sua vez, aumentou ao longo da década de 80, mas ainda assim continuou em níveis muito baixos para os padrões internacionais [Bivar (1993)];
- os segmentos informais se tornaram maiores e melhores “colchões”, no sentido em que as variações de suas participações na ocupação total resultaram ser -- cada vez mais -- as principais contrapartidas das oscilações da demanda de trabalho no segmento formal e de que os diferenciais de rendimentos entre o formal e os informais tenderam a decrescer (ainda que de forma descontínua);
- a evolução da composição setorial do emprego: excetuando-se a construção civil, os setores que tiveram os maiores ganhos de salários relativos (comércio e serviços privados) foram os que registraram um maior incremento de suas participações na ocupação total; e
- **last but not least**, o próprio tamanho do mercado de trabalho se mostrou flexível, uma vez que a taxa de participação se reduziu consideravelmente durante a primeira metade da década de 90, possivelmente -- pelo menos em parte -- devido à perda de atratividade do mercado de trabalho para os jovens trabalhadores pouco qualificados.

Até que ponto esta alta flexibilidade esteve correlacionada com o ajuste macroeconômico?

O fracasso das sucessivas e distintas políticas de combate à inflação gerou a expectativa de novas tentativas de estabilização e, portanto, incerteza.

---

Esta incerteza, por um lado, fez com que as firmas tendessem a tornar precárias suas relações de trabalho, como forma de se defenderem diante de eventuais “surpresas”. Este fenômeno ocorrido pelo lado da demanda pode explicar, pelo menos em parte, o aumento da participação dos empregados sem carteira assinada verificado nos primeiros anos da década de 90.

Por outro, como já acenado, ela pode ter significado, para os próprios trabalhadores, crescentes expectativas de que -- no mercado de trabalho -- o ajuste seria de caráter irreversível. Isto pode estar na raiz tanto da crescente participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação total quanto da queda da taxa de participação verificada desde o início da década de 90.

## **6 - CONCLUSÃO: A FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO FOI ÚTIL PARA A POLÍTICA MACROECONÔMICA?**

Nesta seção, procura-se responder às duas últimas perguntas levantadas na introdução deste texto. Em outras palavras, tenta-se explicar por que o mercado de trabalho, por muitas vezes, representou um obstáculo para o êxito do combate à inflação, mas não impediu sucessivos ajustes do balanço de pagamentos.

### **6.1 - Flexibilidade Salarial**

Vimos que os salários reais foram extremamente sensíveis às oscilações macroeconômicas durante todo o período 1981/92.

A flexibilidade salarial pode -- em tese -- desempenhar um papel crucial tanto no combate à inflação quanto no ajuste do balanço de pagamentos.

Na medida em que os salários reais determinam uma parcela significativa do consumo e dos custos, de fato, sua flexibilidade para baixo pode contribuir para sanear excessos de demanda ou resolver “conflitos distributivos”, que podem estar na origem tanto de desequilíbrios externos quanto de acelerações inflacionárias.

Sua contribuição potencial para o saneamento de um déficit externo passa por dois caminhos: a) ela pode ajudar a diminuir a absorção doméstica, reduzindo a demanda de produtos importados e liberando recursos para a exportação; e b) o aumento da relação câmbio/salários nos setores mais modernos (que são os que produzem a maioria dos bens “comercializáveis” no Brasil) pode tornar os produtos nacionais mais competitivos nos mercados externos e os importados menos atraentes para os consumidores brasileiros.

---

No que diz respeito ao combate à inflação, ela serve tanto para pressionar os preços relativos dos setores mais competitivos para baixo quanto para reduzir os custos dos mais oligopolizados.

A flexibilidade para cima, por sua vez, por estas mesmas razões, pode comprometer tanto o ajuste externo quanto a estabilidade de preços.<sup>35</sup>

No período analisado neste trabalho, a flexibilidade para baixo dos salários reais teve um papel decisivo tanto no ajuste externo da primeira metade da década de 80 quanto para a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos a partir de então. Vimos, de fato, que:

- a acomodação da economia brasileira à sua nova restrição externa foi acompanhada de uma forte queda dos salários reais (em particular dos assalariados com carteira assinada);
- o desequilíbrio do balanço de pagamentos gerado pelo excesso de demanda provocado pelo Plano Cruzado também foi resolvido graças a uma redução dos salários reais; e
- foi uma ulterior diminuição dos salários reais que permitiu, no início dos anos 90, à economia brasileira se abrir consideravelmente sem incorrer -- como outros países do continente -- em uma rápida deterioração de sua conta corrente.

Contudo, esta flexibilidade para baixo dos salários reais foi, sistematicamente, resultante da combinação de desaquecimento da demanda e aceleração inflacionária. Ou seja: o aumento da taxa de inflação contribuiu para tornar os salários reais macroeconomicamente compatíveis com a restrição externa que se manteve presente durante todo o período.<sup>36</sup>

Repare que se a flexibilidade para baixo dos salários reais foi produzida pelo meio de sucessivas acelerações inflacionárias, não faz nenhum sentido se pensar que ela tenha tido algum papel no combate à inflação.

Estas acelerações inflacionárias foram necessárias dada a existência de um elevado -- e por vezes (como no final da década de 80) crescente -- grau de indexação dos salários nominais em relação à inflação passada. Essa regra

---

<sup>35</sup>Sobretudo se não for acompanhada de um aumento da produtividade de magnitude comparável.

<sup>36</sup>Este ponto é desenvolvido de maneira formal em Fiorencio e Urani (1990). Repare que o cenário mudou significativamente nos últimos dois anos, com a renegociação da dívida externa e o grande acúmulo de reservas internacionais.

---

não foi capaz, em nenhuma das várias roupagens que assumiu durante o período, de proteger os salários reais. Aumentos sucessivos do grau de indexação, ao invés de tornar os salários reais menos vulneráveis, significaram apenas, por um lado, custos crescentes (em termos de inflação) dos ajustes que se faziam necessários e, por outro -- uma vez realizado o ajuste --, maior dificuldade de se combater esta inflação com os instrumentos convencionais de política econômica.

A enorme “flexibilidade para cima” dos salários reais verificada em meados da década de 80, por sua vez, atrapalhou tanto a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos quanto a própria estabilidade do nível de preços. Ela foi um dos elementos que contribuíram para o rápido surgimento de um excesso de demanda que diminuiu o saldo do balanço comercial, gerando um déficit de conta corrente que, não podendo ser financiável por uma queda de reservas ou por uma maior entrada de capitais, foi enfrentado com uma desvalorização da taxa de câmbio que deu reinício à espiral inflacionária.<sup>37</sup>

Em outras palavras, o que aconteceu durante o Plano Cruzado não pode ser visto como “o oposto do verificado durante a primeira metade da década”. Priorizou-se o combate à inflação, por certo, e também foram deixados de lado os cuidados com a demanda agregada, mas a meta de manter o equilíbrio do balanço de pagamentos não foi subordinada ao combate à inflação. Preferiu-se não renegociar os compromissos com os credores internacionais,<sup>38</sup> tornando inviável a acomodação do abrupto aumento dos salários reais verificado neste período.

Um novo e abrupto aumento dos salários reais está também na origem do surgimento do déficit da conta corrente ocorrido durante o Plano Real. Desta vez, contudo, os compromissos com os credores internacionais haviam sido renegociados anteriormente, assim como liberalizada a conta capital. Desta forma, foi possível financiar estes déficits, pelo menos no curto prazo, com crescentes ingressos de poupança externa. Esta situação é, contudo, insustentável a longo prazo, a menos que esta poupança venha a se traduzir em um aumento de produtividade que possa permitir ao país reequilibrar sua conta corrente.

---

<sup>37</sup> Como demonstrado por Camargo e Ramos (1988) para o que sucedeu durante o Plano Cruzado. Fiorencio e Urani (1990) e Urani e Winograd (1994) tratam este mesmo argumento de forma mais analítica.

<sup>38</sup> A moratória veio tarde, no início de 1987, quando o Plano Cruzado já havia fracassado.

---

## 6.2 - Flexibilidade Alocativa

Uma contínua alocação eficiente da mão-de-obra não tem funcionalidade alguma no combate à inflação, mas pode ser crucial para o êxito do ajuste do balanço de pagamentos.

Se houver obstáculos à mobilidade da mão-de-obra entre os diferentes segmentos do mercado de trabalho, de fato, a economia pode não ser capaz de reagir na direção e/ou na intensidade necessária a mudanças de preços relativos. Como vimos, o êxito de uma desvalorização cambial, por exemplo, depende da capacidade do mercado de trabalho deslocar mão-de-obra dos setores produtores de bens não-comercializáveis para os exportadores e/ou substituidores de importações [Berry (1993)]. Isto pode ser dificultado pela presença de barreiras de todo tipo: geográficas, institucionais, de capital humano (os setores beneficiados pelo choque podem ser mais intensivos neste fator que os prejudicados) etc.

Os resultados apresentados neste trabalho indicam que, apesar das dimensões continentais e da enorme disparidade educacional que caracterizam a economia brasileira, tais barreiras não tiveram muita relevância no período recente. Isto se deve a três ordens de fatores:

- a flexibilidade alocativa no mercado de trabalho brasileiro é, como se mostrou acima, muito alta;
- a maioria dos choques de preços relativos (alterações da taxa de câmbio real, do grau de proteção etc.) se deu em ambientes extremamente recessivos, em que, por um lado, havia ampla disponibilidade de mão-de-obra e, por outro, o componente doméstico da demanda dos setores exportadores se encontrava em níveis muito baixos; e
- os setores produtores de bens comercializáveis são, no Brasil, muito mais intensivos em recursos naturais e em capital do que em trabalho. Em outras palavras, a elasticidade da demanda de trabalho destes setores é relativamente baixa.



---

## BIBLIOGRAFIA

AHAMED, L., EDWARDS, S. (eds.). **Economic adjustment and exchange rates in developing countries**. National Bureau of Economic Research, The University of Chicago Press, 1986.

AMADEO, E., CAMARGO, J.M. **Market structure, relative prices and income distribution**. Rio de Janeiro: PUC, 1989a (Texto para discussão, 213).

----- **The Brazilian labor market in an era of adjustment**. Rio de Janeiro: PUC, 1989b (Texto para discussão, 225).

----- **Institutions and the labor market in Brazil**. Rio de Janeiro: PUC, 1994 (Texto para discussão, 315).

AMADEO, E. et alii. **Human resources in the adjustment process**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Texto para discussão, 317).

ARIDA, P. (ed.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARIDA, P., REZENDE, A.L. (eds.). **Brasil, Argentina e Israel: inflação zero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

AZEREDO, B., CHAHAD, J.P. O programa brasileiro de seguro-desemprego: diagnóstico e sugestões para o seu aperfeiçoamento. In: MENDONÇA, R., URANI, A. (orgs.). **Estudos Sociais e do Trabalho**, v.1. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1994.

BACHA, E. The Kuznets curve and beyond: growth and change in inequalities. In: MALINVAUD, E. (ed.). **Economic growth and resources**. New York: St. Martins Press, 1979.

----- **Macroeconomia: um texto intermediário**. Rio de Janeiro: IPEA, 1981.

BACHA, E., KLEIN, H.S. (eds.). **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- 
- BACHA, E., TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the sixties: "facts", model results and controversy. **Journal of Development Economics**, v.3, p.271-297, 1978.
- BARROS, R., CARDOSO, E., URANI, A. **Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980's**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Texto para discussão, 298).
- BARROS, R., MENDONÇA, R. **The evolution of welfare, poverty and inequality in Brazil during the last three decades: 1960-1990**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Série Seminários Estudos Sociais e do Trabalho, 8).
- BERRY, A. **The effects of stabilization and adjustment on poverty and income distribution: aspects of the Latin-American experience**. 1993, mimeo.
- BIVAR, W.S.B. Estimativas da duração média do desemprego no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.23 , n.2, 1993.
- BONELLI, R., MALAN, P.S. **Brazil, 1950-1980: three decades of growth-oriented economic policies**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990 (Texto para discussão, 187).
- BONELLI, R., RAMOS, L. **Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Texto para discussão, 288).
- CACCIAMALI, M.C. Emprego no Brasil durante a primeira metade dos anos 80. In: BARROS, R.P.de, SEDLACEK, G. (eds.). **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989 (Série Monográfica, 35).
- CAMARGO, J.M. A nova política salarial, distribuição de rendas e inflação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.10, n.3, 1980.
- Informalização e renda no mercado de trabalho. In: BARROS, R.P.de, SEDLACEK, G. (eds.). **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989 (Série Monográfica, 35).
- Salários e negociações coletivas. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.20, n.2, 1990.

- 
- CAMARGO, J.M., RAMOS, C.A. **A Revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CARNEIRO, D.D. **Stabilization policies and adjustment: the Brazilian economy during the 1980's.** Rio de Janeiro: PUC, 1985 (Texto para discussão, 138).
- CASTRO, A.B.de, SOUZA, F.E.P.de. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CORSEUIL, C.H.L. **Desemprego: aspectos teóricos e o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Série Seminários Estudos Sociais e do Trabalho, 4).
- DIAZ-ALEJANDRO, C.D. A note on the impact of devaluation and the redistributive effect. **Journal of Political Economy**, v.71, p.577-580, 1963.
- FIORENCIO, A., URANI, A. Restrição cambial e os limites da política econômica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.20, n.3, 1990.
- FISCHER, S. Devaluation and inflation. In: DORNBUSCH, R., HELMERS, L. (eds). **The open economy: tools for policy makers in developing countries.** Oxford University Press, 1988.
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, v.62, p.2, 1972.
- FRANCO, G., FRITSCH, W. **Trade policy, MNCs and the evolving pattern of Brazilian trade; 1970-1985.** Rio de Janeiro: PUC, 1989 (Texto para discussão, 230).
- FRENKEL, R. Salários e inflação na América Latina: resultados de pesquisas recentes na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.16, n.1, 1986.
- HORTA, M.H.T. Políticas de ajustamento aos choques externos nos anos 80. **Perspectivas da Economia Brasileira - 1990.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- IPEA. **Mercado de trabalho - conjuntura e análise.** Rio de Janeiro, 1996.

- 
- LAGO, L.C.do. **Uma revisão do período do "milagre" - política econômica e crescimento, 1967-1973.** Rio de Janeiro: PUC, 1990 (Texto para discussão, 225).
- LANGONI, J.G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LOPES, F. L. **O choque heterodoxo.** Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- MACHADO, D.C. **O impacto do seguro-desemprego no mercado de trabalho: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Série Seminários Estudos Sociais e do Trabalho, 3).
- MELLER, P. Adjustment and social costs in Chile during the 1980's. **World Development**, v.19, n.11, 1991 (special issue).
- **Latin American adjustment and economic reforms: issues and recent experience.** 1992 (United Nations Conference on Trade and Development Discussion Paper, 53).
- MODIANO, E. Salários, preços e câmbio: os multiplicadores do choque em uma economia indexada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.15, n.1, 1985.
- PARENTE, P. **El plan real: desafíos para la consolidación de la estabilización y del crecimiento sostenible.** Santiago, 1996. Texto apresentado no VIII Seminário Regional de Política Fiscal.
- PASTOR, M. The effects of IMF programs in the Third World: debate and evidence for Latin America. **World Development**, v.15, n.2, 1987.
- PERO, V. A carteira de trabalho no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.22, n.2, 1992.
- PERO, V., URANI, A. Determinantes do excesso de mão-de-obra do setor formal do mercado de trabalho metropolitano. **Perspectivas da Economia Brasileira - 1994.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- PFEFFERMANN, G.P. **The social costs of recession in Brazil.** Washington, D.C.: The World Bank, 1985, mimeo.
- RAMOS, L. **The distribution of earnings in Brazil; 1976-1985.** Berkeley: University of California, 1990 (Ph.D. Dissertation).

- 
- REIS, J.G.A., BARROS, R.P. Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes. In: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. (eds.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- REZENDE, A.L., LOPES, F.L. Sobre as causas da recente aceleração inflacionária. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.11, n.3, 1981.
- RIBEIRO, S.C. A pedagogia da repetência. In: MENDONÇA, R., URANI, A. (orgs.). **Estudos Sociais e do Trabalho**, v.1. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1994.
- SABÓIA, J.M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise 1981-1983. **Revista de Economia Política**, v.6, n.1, 1986.
- SEDLACEK, G. A evolução da distribuição de renda entre 1984 e 1987. **Perspectivas da Economia Brasileira - 1990**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- TAYLOR, L. IS-LM in the tropics: diagrammatics of the new structuralist macro-critique. In: CLINE, W., WEINTRAUB, S. (eds.). **Economic stabilization in developing countries**. 1979.
- TOKMAN, V. Le secteur informel en Amérique Latine: quinze ans après. In: DALOMÉ, B., SCHWARZ, A., TURNHAM, D. (eds.). **Nouvelles approches du secteur informel**. Paris, 1990. Séminaires du Centre de Développement de l'OCDE.
- URANI, A. Políticas de estabilização e equidade no Brasil: uma análise contrafactual; 1981-1983. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.23, n.1, 1993a.
- Mercado de trabalho e distribuição de renda durante o governo Collor. **Perspectivas da Economia Brasileira - 1994**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993b.
- A evolução da ocupação na indústria de transformação. Rio de Janeiro: BNDES, 1994a, mimeo.
- Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil. 1994b, mimeo.

---

URANI, A., WINOGRAD, C. Distributional effects of stabilization policies in a dual economy: the case of Brazil: 1981-1988. **Revista Brasileira de Economia**, v.48, n.1, 1994.

WINOGRAD, C. **Inflation chronique élevée, indéxation et stabilisation hétérodoxe: le plan cruzado au Brésil**. 1991, mimeo.